



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

SFA/AP

MACAPÁ, MARÇO/2010



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PRESIDENTE : LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MINISTRO: REINHOLD STEPHANES

SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETÁRIO: JOSÉ GERALDO FONTELLES

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA
SECRETÁRIO: EDÍLSON GUIMARÃES

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SECRETÁRIO: MÁRCIO ANTONIO PORTOCARRERO

SECRETARIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA
SECRETÁRIO: INÁCIO AFONSO KROETZ

SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA - SPAE/MAPA
SECRETÁRIO: MANOEL VICENTE FERNANDES BERTONE

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAPÁ-SFA/AP
SUPERINTENDENTE: RUY SANTOS CARVALHO



COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DO GESTOR

EXERCÍCIO 2009

Portaria n° 172/2009-SFA/AP

- 1. LUIZ AFONSO MIRA PICANÇO - Presidente**
- 2. LUIZ CARLOS PINHEIRO BORGES - Membro**
- 3. WALDIR GARCIA DE OLIVEIRA - Membro**
- 4. JOSÉ RAMALHO DE OLIVEIRA - Membro**
- 5. ADRIANO BENÍCIO VALADARES - Membro**



SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO AMAPÁ

MISSÃO:

Promover o Desenvolvimento Sustentável, e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Amapaense.

SUMÁRIO

1. Identificação	06
2. Objetivos e Metas Institucionais/ou Programáticos	07
2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas	07
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas	08
2.3 Programas e Ações	09
2.3.1 Relações de Programas	09
2.3.1. 1 Programa - 0357 – SEDESA	09
2.3.2.1 Principais Ações do Programa	09
2.3.1. 2 Programa - 0375 – SEFAG	24
2.3.2. 2 Principais Ações do Programa	25
2.3.1.3 Programa - 0356 – SIPAG	29
2.3.2.3 Principais Ações do Programa	29
2.3.1.4 Programa 6003 – SEPDAG	33
2.3.2.4 Principais Ações do Programa	33
2.3.1.5 Programa - 0750 – SAD	36
2.3.2.5 Principais Ações do Programa	36
2.4 Desempenho Operacional	37
2.4.1 Programação Orçamentária	39
2.4.2 Execução Orçamentária	42
2.4.3 Evolução de Gastos Gerais	46
2.4.4 Execução Física e Financeira das Ações pela UJ	46
2.4.5 Indicadores de Desempenho ou Institucionais	47
3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	60
4. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	61
5. Inscricões de Restos a Pagar no Exercício e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	61
6. Informações sobre Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício	62
7. Previdência Complementar Patrocinada	65
8. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos	66
9. Renúncia Tributária	66
10. Operações de Fundos	66
11.A. Recomendações do órgão ou Unidade de Controle Interno	66
11.B. Determinações e Recomendações do TCU	70
12. Atos de Admissão, desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados no Exercício	72
13. Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	73
14. Outras Informações Consideradas pelos Responsáveis como Relevantes Para a Avaliação da Conformidade e do Desempenho da Gestão	75
15. Informações Contábeis da Gestão	76
16. Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins	78

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2009**

01 – IDENTIFICAÇÃO:

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 000014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura do Estado do Amapá			
Denominação abreviada: SFA/AP			
Código SIORG: 02799	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 130100
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Regulamentação e fiscalização das questões econômicas na agricultura, federal, estadual e municipal			Código CNAE: 7513-2
Telefones/Fax de contato:	(096) 3223-3075	(096) 3222-4467	
Endereço eletrônico: gab-ap@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Rua Tiradentes, 469, Centro- CEP: 68906-380, Macapá – Amapá			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 300-MAPA, de 16 de junho de 2005 – cria o regimento interno das Superintendências Federais de Agricultura nos Estados.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Não se Aplica			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se Aplica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica	Não se Aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica	Não se Aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
Não se Aplica	Não se Aplica		

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

Prestar em âmbito Estadual os serviços de Defesa Agropecuária e Desenvolvimento Rural, através do fomento, fiscalização, classificação, produção, comercialização e inspeção de produtos e sub-produtos de origem animal e vegetal, garantindo assim a qualidade e a segurança alimentar aos consumidores.

Proporcionar um nível de desempenho ou de melhoria requerido na consecução dos objetivos estratégicos institucionais, medida segundo o indicador de desempenho ao qual esta associado a este relatório.

Assim sendo, as atribuições pertinentes a nossa organização, se originam em cumprimento das regras definidas pelas exigências zootossanitárias, nos padrões de qualidade dos produtos agropecuários, na profilaxia e no controle de pragas e doenças dos animais e plantas, na garantia de produtos saudáveis aos consumidores e elevação do nível de vida da população humana e respeito ao meio ambiente.

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Competência Institucional da Superintendência Federal de Agricultura do Amapá – SFA/AP/MAPA, unidade descentralizada diretamente ligada ao Ministério de Agricultura, pecuária e abastecimento, têm como finalidade a execução de serviços de defesa, inspeção, fiscalização e fomento, além da elaboração e celebração de convênios com o governo do estado, prefeituras, cooperativas agropecuárias, dentre outros, com a finalidade de executar projetos de infra-estrutura rural e desenvolvimento agropecuário.

A referida unidade vem através deste relatório, apresentar as informações referentes ao exercício de suas atividades em seus diversos setores durante o ano de 2009 e demonstrar de forma clara, a devida aplicação dos recursos a ela destinados.

Em relação aos **objetivos estratégicos**, a SFA/AP/MAPA formula e executa políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, tecnológicos, científicos, organizacionais e ambientais, para atendimento dos consumidores brasileiros e do mercado internacional. A atuação da SFA/AP baseia-se na busca de sanidade animal e vegetal, da organização da cadeia produtiva do agronegócio, da modernização da

política agrícola, do incentivo às exportações, do uso sustentável dos recursos naturais e do bem-estar social.

A infra-estrutura básica da SFA/AP/MAPA é formada pelas áreas de política agrícola (produção, comercialização, abastecimento, armazenagem e indicadores de preços mínimos), produção e fomento agropecuário; mercado, comercialização e abastecimento agropecuário; informação agrícola, defesa sanitária (animal e vegetal); fiscalização dos insumos agropecuários; classificação e inspeção de produtos de origem animal e vegetal; pesquisa tecnológica, agrometeorologia, cooperativismo e associativismo rural; eletrificação rural; assistência técnica e extensão rural.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

No que diz respeito as atividades executadas pela área técnica desta Superintendência, mais precisamente da área de defesa vegetal podemos destacar as ações de cunho permanentes de combate e controle de pragas, como a mosca da carambola, no qual temos obtido resultados satisfatórios de controle e redução da mesma. Na área de inspeção animal e vegetal foram realizadas fiscalizações e inspeções higiênico-sanitária dos produtos, garantindo ao consumidor uma boa qualidade dos mesmos.

Ainda no ano de 2009, a SFA/AP/MAPA, realizou ações voltadas na área animal com início da operação no mês de novembro, operação esta denominada “Agulha Oficial” que objetiva a evolução da condição sanitária em que o Estado do Amapá se encontra, como parte da meta de erradicação das doenças no Brasil, as ações foram coordenadas pelo SEDESA/DT/SFA/AP, com apoio do DSA/MAPA, a operação teve como foco principal a vacinação contra a febre aftosa e contra a peste suína, além de ações como cadastramento das propriedades e sorologia para análise laboratorial.

Em outros setores como, por exemplo: o núcleo de educação sanitária que realizou ações de orientações, prevenções e conscientização dos produtores, em vários municípios do Estado do Amapá, trabalho este realizado não só nos municípios, mas principalmente em áreas de grande fluxo populacional e locais estratégicos como aeroportos, terminais rodoviários e hidroviários, entre outros, assim como na participação da instituição nas Exposições Agropecuárias do Estado.

Devemos lembrar também a ativa participação dos servidores da SFA em diversos eventos ocorridos durante o ano de 2009, como a participação em reuniões, cursos de capacitação, conferências, dentre outros.

Assim, acreditamos que apesar da escassez de recursos para a execução de alguns projetos, a SFA/AP conseguiu de forma satisfatória, executar suas atividades programadas para esse ano, o que foi possível graças à determinação de nossos servidores no desempenho de suas funções profissionais.

2.3. PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

2.3.1. Relação dos Programas

2.3.1.1 - PROGRAMA SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA - 0357 – SEDESA.

A SEDESA/AP tem sob sua responsabilidade um programa finalístico e três ações orçamentárias na área vegetal, dentre os quais serão descritos a seguir:

Tabela – Dada Gerais do Programa

Tipo de programa (1)	Finalístico
Objetivo geral (2)	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos
Objetivos Específicos (3)	Erradicação de Pragas, Doenças e Vigilância zôofitosanitaria
Gerente do programa (4)	Inacio Afonso Kroetz
Responsável pelo programa no âmbito da UJ (5)	Renato da Rocha Portal
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do Programa(6)	Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação Incidência da Praga "Mosca da Carambola" Número de Estabelecimentos Certificados como Livre ou Monitorado para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina Numero de Ocorrência da Peste Suína Clássica Numero de Ocorrência de Caso da Doença da Vaca Louca Número de Ocorrências de Raiva Bovina Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola Taxa de Conformidade no Controle de Fronteira
Público-alvo(beneficiarios)	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária

Justificativa do programa:

A eficiência da defesa agropecuária é assegurada pelo cumprimento de normas fitozoossanitárias estabelecidas em decorrência de acordos comerciais celebrados entre agentes econômicos do país e do exterior. Eventuais falhas na aplicação dessas normas podem resultar em sério prejuízo direto à população brasileira, ao agente econômico e à economia, ao comprometer a sanidade vegetal, a saúde do rebanho e a credibilidade do produto brasileiro. Para que a defesa agropecuária torne-se eficiente é necessário desenvolver um esforço de articulação institucional entre as instâncias dos governos federal, estadual e municipal, para promover a integração das ações, atualização técnico-científica dos serviços, base técnico-científica e a capacitação dos servidores do Ministério da Agricultura e dos serviços estaduais e municipais que atuam na área. Isto porque a extensão do País, o desafio da vigilância na fronteira e a diversidade de atividades agropecuárias exigem grande cobertura e efetividade das ações em todo o território brasileiro. Os impactos econômicos e sociais adversos decorrentes da defesa agropecuária operar abaixo das necessidades do agronegócio refletem-se no comprometimento da produção e da produtividade agropecuária, com conseqüências na redução das exportações, em função da diminuição do acesso e manutenção de mercado, no de emprego, na redução da renda no campo e na migração do campo para a periferia dos grandes centros urbanos, com impacto negativo para o País e comprometimento da segurança alimentar, da saúde humana e do meio ambiente.

2.3.2.1 - Principais Ações do Programa

Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOSA

Tabela - Dada Gerais das Ações

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e Erradicar a doença dos circuitos pecuário norte, objetivando o acesso do produtor nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das propriedades e estratégias, elaboração de normas sanitárias, educação sanitária, unidades de produção (cadastramento), de vacinação, de atendimento a notificação de suspeitas e de controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas, realização de diagnóstico e monitoramento soro epidemiológico, fiscalização sanitária e epidemiológica.
Unidade responsável pelas decisões	Coordenação-Geral de Combate às Doenças - CGCD / DSA /SDA

estratégicas	
Unidade Executora	SFA/AP
Área responsável por gerenciamento ou execução da Ação	SEDESA/DT
Competência institucionais requeridas para a execução da ação	Execução direta e descentralizada, em ações conjuntas com os serviços de defesa sanitária animal dos estados federativos e com os países fronteiriços.

RESULTADO DA AÇÃO

Embora conste no SIPLAN a meta manutenção da Área Livre de Febre Aftosa o Estado do Amapá ainda é reconhecido nacionalmente como Área Infectada para a citada enfermidade. As ações de prevenção contra Febre Aftosa são executadas diretamente pela Agencia de Defesa Agropecuária do Estado do Amapá – DIAGRO. O principal entrave para desenvolvimento pleno das ações é a falta de estrutura do órgão executor. Hoje a agencia possui 08 ULSAV's localizadas nos seguintes municípios: Porto Grande, São Joaquim do Pacui (Macapá), Oiapoque, Santana, Tartarugalzinho, Cutias, Mazagão, Laranjal do Jari, Amapá. O quadro de veterinários da agencia é insuficiente, a maioria estão trabalhando por contratos administrativos temporários, o que dificulta a criação de novas ULSAV's e a conseqüente colocação dos contratados nelas. Este ano houve concurso publico para veterinários, agrônomos, técnicos agrícolas e outros, mas, ate a presente data não foram chamados.

Como aconteceu ano passado as propostas de convenio com a DIAGRO PAR objetivando a estruturação da Agencia para as ações de controle e erradicação da Febre Aftosa e manutenção do sistema de vigilância e controle do trânsito de animais e de produtos de origem animal, o MAPA analisou propostas de repasse de recursos para DIAGRO através de convênio em 2009, sendo que falta de documentação adequada e analise em tempo hábil, os recursos não foram repassados.

Em meados de outubro, e depois de várias reuniões, entre os Orgãos de Defesa Oficial no estado, foi planejado e executado, em todos os municípios a vacinação oficial contra febre aftosa e peste suína clássica, no período de 05 de novembro a 15 de dezembro de 2009. A campanha objetivou vacinar, cadastrar e georreferenciar bovídeos e suídeos em todo o Estado do Amapá, envolvendo técnicos da SFA/AP, DIAGRO/AP, RURAP/AP e técnicos de outros estado da

federação.

Este ano foi realizado 03 fiscalizações nas Feiras Agropecuárias nos municípios de Macapá, Amapá e Laranjal do Jarí. Dentre as exigências, foram cobradas a entrada de animais com as respectivas GTA's e exames de sanidade.

Execução Física e Financeira da Ação

Tabela – Metas e resultados da ação Erradicação da Febre Aftosa

Metas	Previstas		Realizadas		A ser realizada em 2010				
	Físicas	Financeira	Física	Financeira	Físicas	Financeiras			
Manutenção da Área Livre de Febre aftosa em Km Área Livre – Km²	142.815		142.815		142.815				
Realizar a vacinação contra febre aftosa em bovídeos em todo o Estado do Amapá	313.702		256.248		307.497,6				
Supervisionar 100% das unidades locais de saúde animal no estado de Amapá durante o ano de 2009	12	3.702.271,84	12	2.994.662,12	12	2.000.0000,00			
Cadastrar 100 % de propriedades do estado do Amapá	2.600		2.709		2.709				
Georreferenciar 100 % de propriedades do estado do Amapá	2600		2.709		2.709				
Fiscalização em Feira Agropecuárias nos Municípios do Estado	03		03		03				
Vacinar 100% dos suídeos do estado	33.061		17.155		20.586				
TOTAL			3.702.271,84				2.994.662,12		

Fonte: SIPLAN/SIOR/SIAF/IBGEDIAGRO/AP

Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL

Dados gerais da Ação

Tipo	Direta e descentralizada
Finalidade	Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoonosológicas para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de

	prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoonosológica; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Combate às Doenças – CGCD/DSA/SDA
Unidade Executora	SFA/AP
Área responsável por gerenciamento ou execução da Ação	SEDESA/DT
Competência institucionais requeridas para a execução da ação	A execução poderá ser descentralizada, por meio de convênios com órgãos públicos estaduais, com a iniciativa privada e demais entidades envolvidas com a defesa sanitária; ou direta, realizada por técnicos das Superintendências Federais de Agricultura em cada unidade da Federação através dos Serviços de Defesa Agropecuária - SEDESA.

RESULTADO DA AÇÃO

Entre as atividades inerentes a esta ação estão as do Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA, Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose- PNCEBT, Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos- PNSE, Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias-PNCRH, e Programa Nacional de Sanidade dos Organismos Aquáticos – **PNSOA**.

As atividades voltadas ao controle da Sanidade Avícola têm dado ênfase ao cadastramento georeferenciado das granjas existente no estado, ainda sem conclusão por parte da DIAGRO

Não existem médicos veterinários autônomos habilitados para emissão de Guias de Trânsito Animal para aves e ovos férteis.

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose tem como objetivo baixar a prevalência e a incidência de casos de brucelose e de tuberculose e criar um número significativo de propriedades certificadas que ofereçam ao consumidor produtos de baixo risco sanitário. No estado ainda não foram implementadas as metas, somente é feito os exames de Brucelose e Tuberculose quando é o período que antecede as feiras agropecuárias.

Com relação ao Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias, o SEDESA realiza ações visando ao efetivo controle da ocorrência da Raiva dos Herbívoros no Estado. A principal meta é o controle populacional de seu principal transmissor, o *Desmodus rotundus*, na adoção da vacinação dos herbívoros domésticos (em áreas de risco), associados a outras medidas profiláticas e de vigilância adotados na defesa sanitária animal. Desta forma o SEDESA acompanha e coordena as ações executadas pela DIAGRO no controle dessa enfermidade.

Não foram feitos treinamentos para realizar coleta de encéfalos para análise de encefalopatias transmissíveis, e devido a falta de cadastro em tempo hábil das propriedades agropecuárias o SEDESA não realizou em 2009 coletas de amostras de alimentação de ruminantes em propriedades de produção pecuárias.

Com relação ao PNSE e PNSOA as atividades estão de forma lentas, apesar de estrutura do o laboratório de diagnóstico animal da DIAGRO não foi credenciado pelo MAPA; inexistem laboratórios particulares credenciados para diagnóstico de Anemia Infecciosa Equina – AIE. Também é prioridade do PNSE a reestruturação da Comissão Estadual de Anemia Infecciosa Equina – CECAIE/AP que pretende ser renovada para trabalhar em 2010.

Tabela – Metas e resultados da ação

Metas	Previstas		Realizadas		A ser realizadas em 2010	
	Física	Financeira	Física	Financeira	Físicas	Financeiras
Atender a propriedades	3.000		5.120		5.120	
Supervisionar 50% das propriedades trabalhadas no estado de Amapá no ano de 2009 para AIE e Mormo	1000		0			
Cadastrar 100% das granjas dos municípios do estado de Amapá no ano de 2009	10		0			
Supervisionar 100% das propriedades de 06 municípios trabalhados no Estado de Amapá para o cadastro de abrigos e controle de morcegos hematófagos no ano de 2009	02	218.078,81	02	155.058,85		200.000,000
Supervisionar 50% das propriedades trabalhada no Estado de Amapá no ano de 2009 nas atividades de Controle da Brucelose e	500		500			

Tuberculose					
Realizar 16 palestras para criadores nos municípios do Estado de Amapá para Divulgação do Programa nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose	16		02		
Controle de foco de Peste Suína Clássica no Estado	01		01		01
Participação em reunião Técnica do MAPA	05		05		
TOTAL		218.078,81		155.058,85	200.000,00

Fonte: SIPLAN/SIOR/SEDESA/AP/DIAGRO/AP

Ação 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos – VIGIZOO

Dados gerais da Ação

Tipo	Descentralizada
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação do Trânsito e Quarentena Vegetal - CTQA / DSA / SDA
Unidade Executora	SFA/AP
Área responsável por gerenciamento ou execução da Ação	SEDESA/DT
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Repasse de recursos aos estados e formação de convênios. A contrapartida do estado, no caso da ação, será alocada na forma de serviços de profissionais especializados, equipamentos, veículos e infraestrutura física.

RESULTADO DA AÇÃO

A execução da ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos é realizada pela DIAGRO. As principais ações

desenvolvidas são a vigilância epidemiológica e a Fiscalização do trânsito de animais e de produtos de origem animal voltados para a prevenção da Febre Aftosa e do controle de outras ocorrências zoonosológicas.

Ao SEDESA compete coordenar a execução das atividades, e realizar supervisões e auditorias nas ULSAV's, nos Postos fixos e móveis de controle do trânsito da DIAGRO, com o objetivo de se verificar a estrutura física e o desempenho das atividades pelo órgão executor quanto a emissões de Guia de Trânsito Animal – GTA e atendimento a notificações.

Atualmente a DIAGRO ainda não possui quadro efetivo de funcionários e nem as instalações de Unidades Locais de Saúde Animal e Vegetal nos municípios em quantidades suficientes e estruturadas para oferecer um controle sobre a movimentação de animais no Estado, tal situação dificulta as supervisões do SEDESA e o cumprimento de algumas metas descritas no Plano Plurianual.

A principal atividade no SEDESA é a Fiscalização de salgadeiras de couros cru de bovinos e bubalinos. Cada lote de couros é submetida a salga com sal marinho contendo 2% de carbonato de sódio e armazenado por período mínimo de 28 (vinte e oito) dias, e para ser transportado para outro Estado é emitido o Certificado de Inspeção Sanitária modelo E – CIS-E. Essa meta não é previsível com exatidão em virtude de os estoques oscilarem de acordo com a disponibilidade de bovinos/ bubalinos nos matadouros do Estado.

No ano de 2009 foram expedidos CIS-E para seguintes quantidades de couros bovinos/ bubalinos:

Bovinos: 133.279 unidades

Bubalinos: 70.610 unidades

Tabela – Metas e resultados da ação

Metas	Previstas		Realizadas		A ser realizada em 2010	
	Física	Financeira	Física	Financeira	Físicas	Financeiras
Fiscalizar 100% dos produtos de origem animal e Emissão de CIS-E	15.000	0,00	12.000	0,00	15.000	10.000,00
TOTAL		0,00		0,00		10.000,00

Fonte: SIPLAN/SIOR/SEDESA/AP

AÇÃO: 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da "Bactrocera Carambolae" e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFIA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Maria Júlia S. Godoy
Unidades executoras	SEDESA/DT/SFA-AP
Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Vegetal
Prioridade	4
Unidade de Medida	Hectare

Fonte: SIPLAN e DT

Resultados

Quadro 2- PI - ERRADMOSCA

Erradicação da Mosca da Carambola

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				Meta a ser realizada em 2010
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	
4738 – Erradicação da Mosca da carambola.	ERRADMOSCA	Área controlada (Ha.)	14.281.458	14.281.458	14.281.458	100	14.281.458

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2009, dos créditos orçamentários descentralizados nas rubricas do PI – ERRADMOSCA foram aplicados os seguintes percentuais por despesas: Quadro 2.

Quadro 03 PI – ERRADMOSCA

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/ REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010
33.90.14	107.200,00	145,84	107.054,16	0	99,86			
33.90.30	208.769,33	0	208.769,33	0	100			
33.90.33	642,29	0	642,29	0	100			
33.90.36	36.000,00	1.000,64	34.999,36	0	97,22			
33.90.37	799.800,00	0	799.800,00	0	100			
33.90.39	191.000,00	0	191.000,00	0	100			
33.91.47	1.596,00	0	1.596,00	0	100			
44.90.52	1.196.500,00	0	1.196.500,00	0	100			
Total	2.541.507,62	1.146,48	2.505.495,14					

Fonte: SEOF

* A informação será disponibilizada pelo MAPA.

AÇÃO: 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação dos Vegetais

Quadro 01 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
-------------	-----------

Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos a-fins executores de defesa fitossanitária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFIA/MAPA
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	SEDESA/DT/SFA-AP
Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Vegetal
Prioridade	4
Unidade de Medida	Hectare

Fonte: SIPLAN e DT

Resultados

Quadro 02 PI - PCE-VEGETAL

Prevenção. Controle e Erradicação dos Vegetais

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2010
8572 – Prevenção, Controle e erradicação dos Vegetais	PCE-VEGETAL	Área controlada (Ha.)	97.710	97.710	0	0	0

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2009, dos créditos orçamentários descentralizados nas rubricas do PI – PCE-VEGETAL foram aplicados os seguintes percentuais por despesa: Quadro 3.

Quadro 03 PI – PCE-VEGETAL

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/ REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010
33.90.14	104.215,00	11.939,48	92.275,52	0	88,54			
33.90.30	72.000,00	4.553,00	67.447,00	0	93,67			
33.90.33	1.684,58	0	1.684,58	0	100			
33.90.39	755.388,48	149,34	755.239,14	0	99,98			
33.90.39	191.000,00	0	191.000,00	0	100			
Total	1.124.288,06	16.641,82	1.107.646,24	0				

Fonte: SEOF

AÇÃO: 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Quadro 01 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
-------------	-----------

Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFIA/MAPA
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	SEDESA/DT/SFA-AP
Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Vegetal
Prioridade	4
Unidade de Medida	Hectare

Fonte: SIPLAN e DT

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e insumos

Resultados

Quadro 02 PI - VIGIFITO

AÇÃO	PI	PRODUTO	FISICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2010
2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos	VIGIFITO	FISCALIZAÇÃ O	250	250	0	0	0

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2009, Não houve alocação de recursos financeiros para referida ação: Quadro 3.

Demonstrativo orçamentário/financeiro

Quadro 03 PI – VIGIFITO

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/ REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010
33.90.14	0	0	0	0	0			
33.90.30	0	0	0	0	0			
33.90.33	0	0	0	0	0			
33.90.39	0	0	0	0	0			
33.90.39	0	0	0	0	0			
Total	0	0	0	0	0			

Fonte: SEOF

* A informação será disponibilizada pelo MAPA.

AÇÃO: 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos (FISCPLANTA 2)

Tabela – Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas à evitar danos à economia, ao meio ambiente e a saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Unidade executora	VIGIAGRO/SFA/MAPA-AP
Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Vegetal
Prioridade	3
Unidade de medida	Unidade

AÇÃO: 2181 – Vigilância e Fiscalização do Transito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos (FISCANIMAL2)

Tabela – Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e a saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários, no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarenta animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Unidade executora	VIGIAGRO/SFA/MAPA-AP
Função	Agricultura
Subfunção	Defesa Sanitária Animal
Prioridade	3
Unidade de medida	Unidade

Principais Resultados

Planos Internos FISCPLANTA2 e FISCANIMAL2

Para mensurar o desempenho nos Planos Internos, utilizou-se o indicador Partida Inspeccionada, que é, de acordo com a Instrução Normativa número 36, de 10 de novembro de 2006, o somatório mensal do número de Termos de Fiscalização, Termos de Vistoria, Requerimentos para Inspeção de Embalagem de Madeira e Termos de Fiscalização de Bagagem e Encomenda.

Tabela - Movimento Mensal – Partidas inspeccionadas - Área vegetal - FISCPLANTA

PARTIDA INSPECIONADA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
----------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-------

PREVISTO	EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO	+	09	13	07	08	10	10	12	10	12	11	08	08	118
PREVISTO CORRIGIDO	EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO	+	09	13	13	09	05	09	17	17	18	14	18	10	152
REALIZADAS	EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO	+	09	13	13	09	05	09	17	17	18	14	18	10	152

Tabela - Movimento e Previsão Anual Para o Plano Interno FISCPLANTA

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2010
21800000 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos..	FISCPLANTA	Fiscalização Realizada	118	152	152	100,00%	152

Na tabela, verifica-se que o resultado anual para “partidas inspecionadas realizadas” foi superior em 34 fiscalizações ao número de “partidas inspecionadas previstas”. Isso decorreu, principalmente, do aumento do número de fiscalizações de produtos de origem vegetais importados através do Porto de Santana-AP.

Tabela - Movimento Mensal – Partidas inspecionadas - Área Animal-FISCANIMAL

PARTIDA INSPECIONADA		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PREVISTO	EXPORTAÇÃO + IMPORTAÇÃO	06	04	01	03	04	03	04	05	04	04	03	07	048
PREVISTO CORRIGIDO	EXPORTAÇÃO + IMPORTAÇÃO	06	04	01	00	00	02	02	04	04	04	03	01	031
REALIZADAS	EXPORTAÇÃO + IMPORTAÇÃO	06	04	01	00	00	02	02	04	04	04	03	01	031

Tabela 9 - Movimento e Previsão Anual Para o Plano Interno FISCPLANTA

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2010
21800000 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.	FISCANIMAL	Fiscalização Realizada	048	031	031	100,00%	031

Diferentemente da área vegetal, a área animal sofreu uma correção para baixo no número de partidas inspecionadas previstas para todo o ano. Isso deu-se em razão do cancelamento de vôos internacionais (Guiana Francesa-Brasil) que eram operados regularmente pela empresa aérea TARF.

a) Principais problemas

O principal problema que afeta o Serviço de Vigilância Agropecuária Internacional no Amapá é de cunho estrutural, sobretudo no que diz respeito a Unidade da fronteira com a Guiana Francesa. Enquanto não for construída uma zona aduaneira organizada, que possa agregar os diferentes órgãos de

fiscalização e policiamento do governo federal, aquela fronteira continuará difícil de ser fiscalizada, acarretando em risco para o agronegócio nacional.

b) **Contratações e Parcerias**

A Receita Federal, a Infraero e a Companhia Docas de Santana são os principais parceiros do VIGIAGRO-DT/AP. A interação com esses órgãos é fundamental para a harmonização de procedimentos, fator indispensável para o sucesso das ações de fiscalização.

c) **Transferências**

Foram deslocados para o VIGIAGRO-DT/AP, ao longo do ano de 2009, através do Plano Interno FISCPLANTA2, R\$ 27.328,65. Esse montante foi descentralizado conforme tabela abaixo.

Tabela – Transferências - FISCPLANTA

Elemento de despesa	Natureza da Despesa	Descentralizado
3390-14	Pagamento Diárias	1.188,65
3390-30		0,00
3390-33	Aquisição de Passagens	940,00
339039.17	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	200,00
4490-52	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	21.000,00
4490-52	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	4.000,00

Fonte: SIOR

Através do Plano Interno FISCANIMAL, foram descentralizados R\$ 31.000,00 para o VIGIAGRO-DT/AP, distribuídos conforme tabela abaixo.

Tabela – Transferências - FISCANIMAL

Elemento de despesa	Natureza da Despesa	Descentralizado
3390-14	Pagamento de Diárias	490,00
3390-30	Aquisição de Material de Consumo	1.000,00
3390-33	Aquisição de Passagens	3.510,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica	26.000,00
4490-52		0,00

Fonte: SIOR

O material adquirido está sendo utilizado para estruturação do Serviço de Gestão Do VIGIAGRO e das Unidades de Vigilância Agropecuária do Aeroporto de Macapá, do Porto de Santana e do município de Oiapoque. O objetivo principal dessa estruturação é possibilitar o desempenho de processos de fiscalização de forma rápida e segura.

Tabela - Programação orçamentária - FISCPLANTA

Elemento de despesa	Programado	Liberado
3390-14	1.188,65	1.188,65
3390-33	940,00	940,00
3390-39	200,00	200,00
4490-52	4.000,00	4.000,00
4490-52	21.000,00	21.000,00

Fonte: CGOFC/MAPA

Tabela - Execução orçamentária - FISCPLANTA

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO/REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010
33.90.14	1.188,65	25,89	1.162,76	0,00	97,82%			
33.90.33	940,00	0,00	940,00	0,00	100,00%			
33.90.39	200,00	0,00	200,00	0,00	100,00%			
44.90.52	4.000,00	974,01	3.025,99	0,00	75,65%			
44.90.52	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00%			
Total	26.140,00	21.999,00	5.328,75	0,00	20,39%	26.140,00	21.999,00	-

Fonte: CGOFC/MAPA e SIAFI

No, 3390.14 e 3390.33 ocorreram despesas com deslocamento dos FFA's Manoel Almeida Silva e Wagner A. Xavier da Conceição para participação em reuniões técnicas do Serviço em Belém/PA no mês de março de 2009. No 3390-39 ocorreram despesas na manutenção do ar condicionado do setor.

Dos recursos programados no elemento de despesa 4490-52, cujo objetivo era a compra de material de informática, escritório e laboratório, somente foram executados R\$ 3.025,99; pois no processo licitatório da SFA/AP os recursos de outros programas foram suficientes para o pagamento dos bens. O restante retornou à Coordenação-Geral do VIGIAGRO.

Tabela - Programação orçamentária - FISCPLANTA

Elemento de despesa	Programado	Liberado
3390-14	490,00	490,00
3390-30	1.000,00	1.000,00
3390-33	3.510,00	3.510,00
3390-39	26.000,00	26.000,00
4490-52	0,00	0,00

Fonte: CGOFC/MAPA e SIAFI

Execução orçamentária**Tabela - Execução orçamentária - FISCANIMAL**

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO/REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010
33.90.14	490,00	1,41	488,59	0,00	99,71%			
33.90.33	3.510,00	897,01	2.612,99	0,00	74,44%			
33.90.39	26.000,00	16,00	25.984,00	0,00	99,94%			
44.90.30	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00%			
Total	31.000,00	1.914,42	29.085,58	1.000,00	93,82%	31.000,00	30.085,58	-

Fonte: CGOFC/MAPA e SIAFI

No, 3390.14 e 3390.33 ocorreram despesas com o deslocamento do FFA Breno Eduardo Nogueira Neves para participação de reunião técnica do setor em Foz do Iguaçu/PR.

No, 3390.39 foram pagas as despesas com o transporte dos bens pertencentes aos FFA's Adriano Perreli de Castro e Daniela Espíndola Garcia, removidos, de ofício, a interesse da administração, para o SVA/SFA-SP, em Santos/SP.

No 3390.30 os recursos foram solicitados para confecção de carimbos, conforme Norma Interna nº1 da SDA/MAPA, de 16.10.2009. Não foi liquidada, mas foi inscrita em restos a pagar devido o encerramento do exercício financeiro de 2009.

2.3.1.2 - PROGRAMA QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS - 0375 – SEFAG

Tabela – Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores
Gerente do programa	Inácio Afonso Kretz
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Márcio Costa Rodrigues
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Fiscalizações realizadas em relação ao programado, N° de Auto de Infração lavrados em relação ao total de fiscalização realizado, % de amostras fora do padrão em relação ao total de amostras analisadas, Produtividade do Serviço na Fiscalização, Custo da Fiscalização, Estabelecimentos Fiscalizados, Conformidade de Produtos
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

2.3.2.2 - Principais Ações do Programa

AÇÃO: 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM

Quadro 35 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças-RENASSEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFIA/MAPA
Coordenador nacional da ação	José Neumar Francelino
Unidades executoras	SEFAG/DT/SFA-AP
Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN e DT

Resultados

Quadro 35.1 PI - FISCALSEM

Fiscalização de Sementes e Mudanças

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2010
2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças - FISCALSEM.	FISCALSEM	Fiscalização Realizada (Unid.)	50	50	51	102	74

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2009, dos créditos orçamentários descentralizados nas rubricas do PI – FISCALSEM foram aplicados 92,39%. Quadro 35.2.

Quadro 35.2 PI – FISCALSEM1

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/ REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010
33.90.14	14.607,60		14.249,47	358,13	97,54%			
33.90.30	2.752,59		2.752,59		100%			
33.90.33	12.658,41		12.658,41		100%			
33.90.39	14.528,07		11.497,56	3.030,51	79,14%			
33.90.93								
Total	44.546,67		41.158,03	3.388,64	92,39%	44.546,67	41.158,03	*

Fonte: SEOF

* A informação será disponibilizada pelo MAPA.

AÇÃO: 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI

Quadro 35 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas do MAPA. Acrescenta-se a esses esforços de a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFIA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Hideraldo José Coelho
Unidades executoras	SEFAG/DT/SFA-AP
Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN e DT

Resultados

Quadro 35.1 PI - FISFECOI

Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2010
2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.	FISFECOI	Fiscalização Realizada (Unid.)	30	30	28	93,33	29

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2009, dos créditos orçamentários descentralizados nas rubricas do PI – FISFECOI foram aplicados 80,39%. Quadro 35.2.

Demonstrativo orçamentário/financeiro

Quadro 35.2 PI – FISFECOI

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/ REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010
33.90.14	9.569,00	-	9.541,01	27,99	99,70			
33.90.30	1.545,00	-	-	1.545,00	00,00			
33.90.33	7.149,84	-	7.149,84	-	100,00			
33.90.39	2.736,16	-	191,20	2.544,96	6,98			
33.90.93	-	-	-	-	-			
Total	21.000,00	-	16.882,05	4.117,95	80,39	21.000,00	16.882,05	*

Fonte: SEOF

- A informação será disponibilizada pelo MAPA.

AÇÃO: 2142 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX

Quadro 35 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.

Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFIA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Luis Eduardo Pacifici Rangel
Unidades executoras	SEFAG/DT/SFA-AP
Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN e DT

Resultados

Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Quadro 35.1 PI - FISAGROTOX

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2010
2141 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins	FISFECOI	Fiscalização Realizada (Unid.)	02	02	0	0	

Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Quadro 35.2 PI – FISAGROTOX

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/ REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010
33.90.14	2.797,49	-	2.740,21	57,28	97,95			
33.90.30	-	-	-	-	-			
33.90.33	7.200,00	-	7.200,00	-	100,0			
Total	9.997,49		9.940,21	57,28	99,42	9.997,49	9.940,21	*

Fonte: SEOF

- A informação será disponibilizada pelo MAPA.

AÇÃO: 2140 – Fiscalização de Produtos de uso Veterinário - FISPROVET

Quadro 35 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFIP/MAPA
Coordenador nacional da ação	Marcos Vinicius
Unidades executoras	SEFAG/DT/SFA-AP

Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN e DT

Fiscalização de Produtos de uso Veterinário

Resultados

Quadro 35.1 PI - FISPROVET

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2010
2141- Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário		Fiscalização Realizada (Unid.)	60	60	47	78,33	

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2009, dos créditos orçamentários descentralizados nas rubricas do PI – FISFECOI foram aplicados 93,31%. Quadro 35.2.

Demonstrativo orçamentário/financeiro

Quadro 35.2 PI – FISPROVET

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/ REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010
33.90.14	4.866,44		4.862,36	4,08	99			
33.90.30	823,99		823,99		100			
33.90.33	4.400,00		4.400,00		100			
33.90.39	5.170,00		5.170,00		100			
Total	15.260,00		15.256,35	4,08	99	15.260,00	15.256,35	

Fonte: SEOF

* A informação será disponibilizada pelo MAPA.

AÇÃO: 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal - FISCINAM

Quadro 35 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.
Descrição	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal. Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DIFIP/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Fernanda MarcusseiTucci
Unidades executoras	SEFAG/DT/SFA/AP
Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN e DT

Resultados

Quadro 35.1 PI - FISCINAM

Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2010
2124 – Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal	FISCINAN	Fiscalização Realizada (Unid.)	40	180	174	96,66	

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2009, dos créditos orçamentários descentralizados nas rubricas do PI – FISCINAN foram aplicados 100 %. Quadro 35.2.

Quadro 35.2 PI – FISCINAN

NATUREZA DA DESPEZA			Demonstrativo orçamentário/financeiro					
EMITIDO/ REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	
33.90.14	3.254,22	-	3.254,22	0,00	100			
33.90.30	805,69	-	805,69	0,00	100			
33.90.33	2.290,00	-	2.290,00	0,00	100			
33.90.39	4.566,30	-	4.566,30	0,00	100			
TOTAL	10,916,21		10,916,21	-	-	10,916,21	10,916,21	*

Fonte: SEOF

* A informação será disponibilizada pelo MAPA.

2.3.1.3 - PROGRAMA SEGURANÇA E QUALIDADE DE BEBIDAS - 0356 - SIPAG

Dados gerais da ação

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a qualidade e inoquidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores
Objetivo específico	Garantir a segurança alimentar
Gerente do programa	Helder Moreira Borges
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Wanderleia de Barros
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Estabelecimento inspecionado. Coleta de amostras.
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsa de mercadorias e consumidores.

2.3.2.3 - Principais Ações do Programa

AÇÃO: 8938- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL 3

Quadro 35 – Dados gerais da ação

Tipo	Finalístico
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.

Descrição	<p>A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação;</p> <p>B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida;</p> <p>C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas;</p> <p>D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DIPOA/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Judi Maria da nóbrega
Unidade executora	SIPAG/DT/SFA/AP
Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN e DT

Resultados

Quadro 35.1 PI - INSPANIMAL 3

Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				Meta a ser realizada em 2010
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	
8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal	IINSPANIMAL 3	Fiscalização Realizada (Unid.)	3	4	4	100%	4

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2009, dos créditos orçamentários descentralizados nas rubricas do PI – INSPANIMAL 3 foram aplicados 100 %. Quadro 35.2.

Quadro 35.2 PI – INSPANIMAL 3

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/ REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010
33.90.14	9.414,63	0,00	9.414,63	0,00	100%	45.121,26	45.121,26	
33.90.30	1.458,83	0,00	1.458,83	0,00	100%			
33.90.33	10.462,39	0,00	10.462,39	0,00	100%			

33.90.39	18.081,00	0,00	18.081,00	0,00	100%			*
33.90.92	5.564,41	0,00	5.564,41	0,00	100%			
33.90.93	140,00	0,00	140,00	0,00	100%			
TOTAL	45.121,26	0,00	45.121,26	0,00	100%			

Fonte: SEOF

* A informação será disponibilizada pelo MAPA.

AÇÃO: 2131 – Inspeção de Bebidas , Vinhos e Vinagres e Outros Produtos de Origem Vegetal-IPVEGETAL2

Quadro 35 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal..
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DIPOV/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Helder Moreira Borges
Unidades executoras	SIPAG/DT/SFA/AP
Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN e DT

Resultados

Quadro 35.1 PI - IPVEGETAL2

Inspeção e Fiscalização de Bebidas, Vinhos e Vinagres

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2010
2131 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - Bebidas e Vinagres	IPVEGETAL 2	Fiscalização Realizada (Unid.)	30	32	24	80%	19

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2009, dos créditos orçamentários descentralizados nas rubricas do PI – IPVEGETAL2 foram aplicados 86,52 %. Quadro 35.2.

Quadro 35.2 PI – IPVEGETAL2

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/ REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010
33.90.14	6.630,00	-	6.110,47	514,53	92,16 %			
33.90.30	1.380,45	-	338,00	1.042,45	24,48 %			

33.90.33	3,575,15	-	3.575,15	0,00	100 %			
TOTAL	11.585,60		10.023,62	1561,98	-	11.585,00	10.023,62	*

Fonte: SEOF

* A informação será disponibilizada pelo MAPA.

AÇÃO: 4746 – Padronização Classificação, Fiscalização de Produtos Vegetais - PADCLASSIF

Quadro 35 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a identidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem Vegetal.
Descrição	A fiscalização e inspeção de produtos, subprodutos e demais produtos e derivados de origem vegetal consiste em: desenvolver estudos e pesquisas para padronização de alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecer normas e regulamentos técnicos para validar os padrões de alimentos e produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Classificar os alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos, produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização da fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênios entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais produtos, subprodutos e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal. Para atender a todas essas demandas, temos como base legal, a Lei nº 9.972, de 25.05.2000, e o Decreto nº 6.268, de 22.11.2007.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CGQV/MAPA
Coordenador nacional da ação	Fernando Guido Penariol
Unidades executoras	SIPAG/DT/SFA-AP
Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN e DT

Resultados

Quadro 35.1 PI - PADCLASSIF

Padronização, Classificação de Produtos Vegetais.

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2010
4746- Padronização, Classificação, Fiscalização e inspeção de Produtos Vegetais.	PADCLASSIF	Fiscalização Realizada (Unid.)	170	-	135	79,4	-

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2009, dos créditos orçamentários descentralizados nas rubricas do PI – PADCLASSIF, foram aplicados 3,8%.

Quadro 35.2 PI – PADCLASSIF

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/ REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010
33.90.14	8.634,00	-	721,38	-	8,6			
33.90.30	8.100,00	-	-	-	-			
33.90.33	6.000,00	-	2.262,05	-	36,6			
33.90.39	15.000,00	-	-	-	-			
4490 -52	40.000,00	-	-	-	-			
TOTAL	77.434,00	-	2.983,43	-	-	77.734,00	2.983,43	-

Fonte: SEOF

* A informação será disponibilizada pelo MAPA

2.3.1.4 - PROGRAMA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO – 6003-SEPDAG

Tabela – Dados Gerais do programa

Tipo de programa	Atividade
Objetivo geral	Acompanhamento in locu dos contratos de repasse
Objetivo específico	Fiscalização
Gerente do programa	Márcio Candido Alves
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Sebastião Paulo de Souza
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	Órgãos governamentais

2.3.2.4 – Principais Ações do Programa

Os principais produtos gerados pelo SEPDAG são os registros, o acompanhamento e fiscalização de contratos de repasse, a fiscalização e a inspeção de eventos agropecuários e o fomento agropecuário. Para o cumprimento dessa missão, o Setor mantém parcerias, intercâmbios e cooperação técnica com instituições governamentais vinculadas ao setor primário amapaense, sejam para o incremento da produção agropecuária local. Tais parcerias confundem-se com a própria clientela, já que podem ser detectadas em órgãos como a Secretaria de Estado da Agricultura, Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária, Cooperativas, Extensão Rural e Prefeituras Municipais.

Os quadros abaixo descritos demonstram, conforme suas especificidades, as principais ações desenvolvidas pelo Setor durante o exercício de 2008.

EMENDAS PARLAMENTARES

Atendimento aos Órgãos contemplados, recepção, análise e encaminhamento de documentos. Em 2008 foram 07 (sete) emendas consignadas ao Estado, sendo 06 (seis) para os Municípios, de Serra do Navio, Oiapoque, Santana (02), Vitória do Jari, Itaubal e 01 (uma) ao Governo do Estado. Todas as emendas foram devidamente empenhadas pelo agente financeiro, entretanto, apenas as propostas abaixo especificadas foram, de fato, contratadas; as demais não foram ainda apresentadas ao Setor.

Emendas Parlamentares encaminhadas e contratadas.

Objeto	Conveniente	Valor – R\$
Aquisição de caminhão	P.M Calçoene	193.775,00
Feira do Produtor	P.M Santana	390.000,00
Desenv. Setor Agropecuário- GEA	ADAP/Macapá	97.500,00
Patrulha Mecanizada (*)	P.M Calçoene	350.900,00

(*) – emenda parlamentar consignada em 2007, porém, apresentada, analisada e encaminhada pelo Setor em abril/2008.

Convênio contratado.

Objeto	Conveniente	Valor – R\$1,00
● Estágio remunerado	CIEE	64.440,00 (*) 5.573,58 (**)

(*) – valor inicialmente acordado no contrato para 10 (dez) meses - jan. a out./2008.

(**) – valor efetivamente pagos pela SFA/AP (jan., jun. e agosto); os demais meses foram pagos diretamente pelo Órgão Central

Atividades/demandas técnicas consultivas.

Especificação	Período	Local	P.I
● Acompanhamento técnico a clientes individualmente, relacionados ao Setor e ao meio agrônomico.	no exercício	Sede Local	—
● Fiscalização/vistoria as instalações pecuárias para realização de leilões de animais .	out./nov./dez.	Macapá/Amapá/Jarí	Certogan
● Levantamento de dados/Referenciamento Agropecuário.	março a junho	Oiapoque, Calçoene, Pedra Branca, Porto Grande, Ferreira Gomes, Serra do Navio e Mazagão	Promocoop
● Informações gerais e instruções à formalização de pedidos da marca do Sistema Ordem e Progresso .	no exercício	Sede Local	—
● Implementação do Sistema SICONV. (reunião regional)	setembro	Sede Local	—
● Assessoria a técnicos e representantes dos órgãos contemplados com as emendas parlamentares.	no exercício	Sede Local	—
● Coletas de dados pluviométricos.	no exercício	Estação meteorológica	—

Participações em Seminários, Conferências, Reuniões Técnicas, Conselhos, etc.

Atividade	Período	Local	P.I
● CEDRS – Conselho Estadual	trimestral	SDR/Secretaria de Estado	—
● GECEA/IBGE	bimestral	SEPLAN/Secretaria de Estado	—
● Orgânicos	maio/dezembro	Brasília	Promocoop

• FRUTAL	julho	Belém/Para	Pceanimal
• INDICAÇÃO GEOGRÁFICA	agosto	Ouro Preto/M.G	Indigraf
• SICONV/Convênios	setembro/dez.	Brasília-DF/Belém-PA	AAprodutor
• REUNIÕES TÉCNICAS:			
- SEBRAE –Projetos Mel e Açaí	no exercício	Sede do Órgão	–
- SDR – Conselho Diretor do Fundo de Desenvolvimento rural do Amapá e Comissão de Feiras agropecuárias	no exercício	SDR/Secretaria de Estado	–
- CEF/GIDUR-AP	no exercício	Sede do Órgão	–
- SFA/AM – padronização das ações	março	Manaus/AM	Promocoop
- SDC/MAPA	abril	Brasília/DF	Certogan

Registros no Sistema Ordem e Progresso para marcação de gado

A N O	REGISTROS CONCEDIDOS
2007	04
2008	05

Considerações: as ações referentes aos registros de animais da marca “Ordem e Progresso” foram transferidas à responsabilidade do SEPDAAG no decorrer do exercício de 2008; o serviço carece de maior divulgação e de suporte de um Plano Interno para a efetivação de campanhas de divulgação a nível local.

Despesas realizadas conforme Plano Interno.

V a l o r

– R\$1,00

Natureza da Despesa	Orçamento Disponibilizado	Empenhos emitidos	Empenhos liquidados
1 - INDIGRAF			
3390-14 – Diárias	774,00	774,00	774,00
3390-33 - Passagens e despesas com locomoção	1.338,00	1.338,00	1.338,00
2 – PROMOCOOP 2			
3390-14 – Diárias	493,82	483,82	483,82
3390-33 - Passagens e despesas com locomoção	1.100,00	1.100,00	1.100,00
3 – FISCONTRATO			
3390-14 – Diárias	515,00	515,00	515,00

4 – CERTOGAN-1			
3390-14 – Diárias	2.131,33	2.131,33	2.131,33
3390-33 - Passagens e despesas com Locomoção	3.989,00	3.989,00	3.989,00
5 – APPRODUTOR			
3390-14 – Diárias	1.361,00	1.361,00	1.361,00
3390-33 - Passagens e desp. Locomoção	3.080,00	3.080,00	3.080,00

2.3.1.5 – PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO – 0750 - SAD

Tabela – Dados Gerais do programa

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Não definido
Objetivo específico	Prover os órgão da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente do programa	CGAS/SE
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Ruy Carvalho Santos
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Eficiência – Efetividade - Eficácia
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

2.3.2.5 – Principais Ações do Programa

AÇÃO: 4766 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas – MANUT

Dados gerais da ação

Tipo	Administrativo
Finalidade	Desenvolver as ações de apoio administrativo às atividades finalísticas
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CGAS/SE
Coordenador nacional da ação	Rinaldo Junqueira de Barros
Unidades executoras	SFA-AP

Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão (%)
Financeira	-	748.681,64	-
Física	-	-	-

2.4. – DESEMPENHO OPERACIONAL

Os programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, executados pela SFA/AP, são compostos de PI's (Planos Internos), para os quais existem os Coordenadores de Acompanhamento Estadual e Responsáveis Técnicos, cujas metas já estavam previamente definidas no PPA – 2008/2011 os quais não são passíveis de mudança.

A matriz dos programas do MAPA, estão definidos de acordo com o Plano Plurianual do Governo Federal (PPA-2008/2011). Significa que as SFA's, enquanto unidades descentralizadas, materializam as diretrizes, objetivos, ações, indicadores e custos dos programas, sob a responsabilidade do MAPA, nas respectivas unidades federativas. Dessa forma, os objetivos e prioridades definidos para o exercício 2009, não tem praticamente ingerência nenhuma por parte da SFA/AP, em termos de novos programas e no aporte financeiro, isto significa na prática, que as decisões operacionais da SFA/AP estão atreladas quanto ao aporte financeiro, em consonância com o Coordenador de Ação Nacional (CAN) de cada PI, em conformidade com as suas disponibilidades orçamentárias.

A infra-estrutura básica da SFA/AP é formada pelas áreas de política agrícola (produção, comercialização, abastecimento, armazenagem e indicadores de preços mínimos), produção e fomento agropecuário; mercado, comercialização e abastecimento agropecuário; informação agrícola, defesa sanitária (animal e vegetal); fiscalização dos insumos agropecuários; classificação e inspeção de produtos de origem animal e vegetal; pesquisa tecnológica, agrometeorologia, cooperativismo e associativismo rural; eletrificação rural; assistência técnica e extensão rural.

Um dos principais papéis da SFA/AP. são as ações do Programa de Erradicação da Mosca da Carambola, que o Ministério da Agricultura iniciou em janeiro de 1.995. Em 19 de maio de 1997 o Presidente da Republica publicou o Decreto nº 2.226, considerando a área de emergência fitossanitária na região compreendida pelo Município do Oiapoque e circunvizinhanças no Estado do Amapá, para implementação do plano de supressão e erradicação da praga *Bactrocera carambolae* em vigência até o momento.

A SFA/AP tem sob sua responsabilidade um programa de apoio administrativo e dezesseis programas finalísticos, dentre os quais serão descritos a seguir os principais:

- 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos;
- 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos;
- 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola
- 4842 - Erradicação da Febre Aftosa
- 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
- 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.

Desde 1996, a principal atividade da Sanidade Vegetal foi o controle da mosca da carambola. Inicialmente a praga estava restrita ao município de Oiapoque. Depois veio se expandindo aos outros municípios ao sul do estado até atingir Laranjal do Jarí – o município mais meridional do estado – já na fronteira do estado do Pará. Nesta infestação, o município de Almeirim, no estado do Pará, também se infestou com a mosca da carambola. E aí deu-se início a um trabalho intenso e em

conjunto com o SEDESA-PA para erradicação da praga. Até que em abril de 2008 a praga foi erradicada dos dois municípios e, oficialmente, declarada livre.

Outras atividades desenvolvidas e de grande importância para o Estado do Amapá no ano de 2009, foi relacionada a área animal com início da operação no mês de novembro, operação esta denominada “Agulha Oficial” que objetiva a evolução da condição sanitária em que o Estado do Amapá se encontra, como parte da meta de erradicação das doenças no Brasil, as ações foram coordenadas pelo SEDESA/DT/SFA/AP, com apoio do DSA/MAPA, a operação teve como foco principal a vacinação contra a febre aftosa e contra a peste suína, além de ações como cadastramento das propriedades e sorologia para análise laboratorial.

Em outros setores como por exemplo: o núcleo de educação sanitária que realizou ações de orientações, prevenções e conscientização dos produtores, em vários municípios do Estado do Amapá. Trabalho este realizado não só nos municípios, mas principalmente em áreas de grande fluxo populacional e locais estratégicos como aeroportos, terminais rodoviários e hidrovias, entre outros, assim como na participação da instituição nas Expo-feiras Agropecuárias do Estado.

Outros programas relacionados a área fim como a SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA- SEFAG, tem atuação em duas áreas distintas: a Fiscalização de Insumos Agrícolas (área vegetal) e Fiscalização de Insumos Pecuários (área animal), onde se destacam diversas ações. O SERVIÇO DE GESTÃO DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA - VIGIAGRO tem como missão promover a vigilância no trânsito internacional de produtos, garantindo a qualidade dos produtos e insumos agropecuários importados e exportados, salvaguardando a saúde animal, a sanidade vegetal, a saúde pública e o desenvolvimento sócio-econômico brasileiro.

O SERVIÇO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – SEPDA, são os registros, o acompanhamento e fiscalização de contratos de repasse, a fiscalização e a inspeção de eventos agropecuários e o fomento agropecuário. Para o cumprimento dessa missão, o Setor mantém parcerias, intercâmbios e cooperação técnica com instituições governamentais vinculadas ao setor primário amapaense, sejam para o incremento da produção agropecuária local. Tais parcerias confundem-se com a própria clientela, já que podem ser detectadas em órgãos como a Secretaria de Estado da Agricultura, Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária, Cooperativas, Extensão Rural e Prefeituras Municipais.

O SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS-SIPAG, com a nova estrutura regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, aprovado pela Portaria nº. 300, de 16/06/2005, os serviços de inspeção animal e vegetal foram unificados, as competências setoriais sofreram modificações, forçando os serviços a uma readequação em suas ações, o que necessita de melhor avaliação tanto interna como conjuntamente, a nível de Ministério; buscando-se a excelência de nossos serviços.

O Estado do Amapá possui uma estrutura industrial bastante reduzida, quer seja na área vegetal ou animal. A área vegetal se destaca pelas pequenas indústrias de elaboração de Polpa de Frutas, onde o açaí é o principal produto beneficiado. A área animal, de um modo geral, é caracterizada pela exploração de pescados; dada a grande oferta do produto nas costas amapaenses, condição que leva o Amapá a ser bastante atrativo neste setor, faz com que inúmeros barcos que realizam a pesca industrial naveguem nas costas amapaenses, capturem volume considerável de pescado e retornem para outros estados, principalmente para o Estado do Pará.

Nesse caso Belém aparece como o principal ponto de ingresso, beneficiamento e comercialização de pescado.

As ações do SIPAG-AP, mencionadas neste relatório, primam pelo embasamento legal que regulamentam as atividades da inspeção vegetal, entretanto, grande são as nossas dificuldades na aplicabilidade dos instrumentos normatizadores. Estes instrumentos são voltados para um público diferenciado, que detém a estrutura financeira, tecnológica, gerencial e conta com um aparato de incentivos estaduais, que os coloca em posição privilegiada em relação ao Estado do Amapá.

Com relação à área administrativa, apresentamos neste relatório os indicadores de desempenho, baseados nos resultados das atividades desenvolvidas pelas diversas seções e setores desta área, sob responsabilidade do programa de apoio administrativo MANUTSFAS, durante o exercício de 2009.

2.4.1. Programação Orçamentária

I. Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ

- Não se Aplica

II. Quadro Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1- Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
L O A C R É D I T O S	Dotação proposta pela UO		NÃO SE APLICA				
	PLOA						
	LOA						
	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
Total							

III. Quadro Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4- Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Outras Despesas de Capital	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
L	Dotação proposta pela UO		NÃO SE APLICA – SERÁ INFORMADO PELO MAPA				
	PLOA						

O C R É D I T O S	LOA	
	Suplementares	
	Especiais	Abertos
		Reabertos
	Extraordinários	Abertos
		Reabertos
	Créditos Cancelados	
Outras Operações		
Total		

IV. Quadro Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
Exercícios							
L O A C R É D I T O S	Dotação proposta pela UO		NÃO SE APLICA				
	PLOA						
	LOA						
	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
Total							

V. Quadro Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa					
Natureza da Movimentação de Crédito	concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1- Pessoal e Encargos	2- Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concebidos	NÃO SE APLICA			
	Recebidos SE / GCOF	130101	SAD		
			20122075047160001	MANUTSFAS	583.595,62
			20122075020000001	ADM SEDE1	4.535,00
			20128036045720001	CAPACITA	30.310,69
			2012103601k400001	AGE	8.445,70
			TOTAL - SE		626.887,01
	Recebidos SDC / GCOF	130101	SEPDAG		
			20125.14.424.7200.001	CERTOAN1	2.840,00
		20572.14.428.5600.001		2.654,18	

			INOVAGRO			
			20665.14.268.6060.001 DESENG			2.240,85
			20122.60.032.B170.001 FISCONTRATO			360,00
			TOTAL - SDC			8.095,03
	Recebidos SDA /GCOF	130101	SEDESA			
			20604035748420001 FEBREAFOTOS			3.583.871,84
			20604035786580001 PCEANIMAL			193.078,81
			20603035785720001 PCEVEGETAL			933.288,06
			20603035747380001 ERRADMOSCA1			1.345.007,62
			SIPAG			
			20125035689390001 IPVEGETAL2			11.585,60
			20125035689380001 INSPANIMAL3			45.121,26
			20125035647460001 PADCLASSIF			2.984,05
			20665035647230001 RESÍDUOS			4.117,45
			SEFAG			
			20152037521240001 FISCINAN			10.916,21
			20125037521400001 FISPROVET1			15.260,43
			20604035721810001 FISCANIMAL2			30.984,71
			20125037529090001 FISAGROTOX			9.997,49
			2012503752179 FISCALSEM1			44.546,67
			20125037521410001 FISFECOI			21.000,00
			VIGIAGRO			
			20603035721800001 FISPLANTA2			2.328,65
			TOTAL - SDA			6.254.088,85
Movimentação Externa	Concebidos	NÃO SE APLICA				
	Recebidos	NÃO SE APLICA				
Natureza da Movimentação de Crédito	UJ Concedente ou Receptora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
			4- Investimentos	5- Inversões Financeiras	6- Outras Despesas de Capital	
Movimentação	Concebidos	NÃO SE APLICA				

Interna	Recebidos SE / GCOF	130101	SAD		NÃO SE APLICA	
			20122075047160001 MANUTSFAS	15.000,00		
			TOTAL - SE	15.000,00		
	Recebidos SDC / GCOF	130101				
			TOTAL - SDC	-		
	Recebidos SDA / GCOF	130101	SEDESA			
			20604035786580001 PCANIMAL	25.000,00		
			20604035748420001 FEBREAFTOS	118.400,00		
			20603035747380001 ERRADMOSCA	1.196.500,00		
			VIGIAGRO			
			20603035721800001 FISCPANTA2	4.000,00		
			TOTAL - SDA	1.343.900,00		
			TOTAL GERAL	8.247.970,89		
	Movimentação Externa	Concebidos				
		Recebidos				NÃO SE APLICA

2.4.2. Execução Orçamentária

I. Quadro Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Comprometida/empenhada		Despesa liquidada		Despesa paga	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Licitação	NÃO SE APLICA – SERÁ INFORMADO PELO MAPA					
Convite						
Concorrência						
Pregão						
Concurso						
Consulta						
Contratações Diretas						
Dispensa						
Inexigibilidade						
Regime de Execução Especial						

Suprimento de Fundos	
Pagamento de Pessoal	
Pagamento em Folha	
Diárias	
Outros	

II. Quadro Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	NÃO SE APLICA - SERÁ INFORMADO PELO MAPA							
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

III. Quadro Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 – Investimentos	NÃO SE APLICA – SERÁ INFORMADO PELO MAPA							
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

3390.39	1.570.473,98	559.331,93	1.412.363,12			559.331,93	1.412.363,12	
3390.33	1.273.437,53	306.459,10	1.183.771,80			306.459,10	1.183.771,80	
3390.37	1.183.788,50	191.691,10	891.082,00			191.691,10	891.082,00	
Demais elementos do grupo	2.276.822,84	518.871,02	1.985.188,04			518.871,02	1.985.188,04	

VI Quadro Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 – Investimentos								
449052	2.263.731,42	3.289.003,17	2.263.731,42	3.289.003,17	-	-	2.263.731,42	3.289.003,17
449051	-	14.939,00	-	-	-	-	-	Ficou em RP
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras	NÃO SE APLICA							
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida	NÃO SE APLICA							
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

VII. Quadro Demonstração da Execução Orçamentária por Programa de Governo

NÃO SE APLICA					
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA:		Denominação:			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Informações sobre os resultados alcançados					
Ordem	Indicador	Referência		Índice	Índice atingido no

	(Unidade medida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	exercício
1						
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1						
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado						

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1 - PASSAGENS	128.382,96	153.757,69	283.772,86
2-DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	283.876,90	301.012,86	562.910,26
2.1 – Diárias a Colaborador Eventual	18.536,87	38.258,87	768.856,05
3- SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1-Publicidade	8.427,28	8.965,84	5.496,97
3.2-Vigilância	272.931,12	228482,50	799.800,00
3.3- Limpeza e Conservação	77.976,60	77.976,60	77.983,33
3.4 – Tecnologia da Informação	32.340,00	24.255,00	4.383,32
3.4-Outras Terceirização			
4- Cartão de Pagamento do Governo Federal	53.215,93	26.015,35	6.000,00
5- Suprimento de Fundos	55.733,97	26.015,35	8.000,00
TOTAIS	916.094,34	391.710,64	2.517.202,79

2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010

As informações estão contidas no Item 2.3.2- Principais Ações de cada Programa.

2.4.5. Indicadores de Desempenho ou Institucionais

2.4.5.1 – Indicadores do SEDESA

Tomou-se como referência os indicadores do Programa da Sanidade na Agropecuária conforme estabelecido no PPA 2008-2011

Na ação FEBREAFTOSA em 2009 foram disponibilizados R\$ 3.702.271,84 (três milhões setecentos e dois mil, duzentos e setenta e um mil e oitenta e quatro centavos), e foram liquidados R\$2.994.662,12 (dois milhões, novecentos e noventa e quatro mil, seissentos e sessenta e dois reais e doze centavos). A diferença R\$ 707.609,72 (setecentos e sete mil, seissentos e nove reais e setenta e dois centavos) foram devolvidas aos cofres públicos.

A maior parte dos recursos gastos nesta ação em 2009 foram aplicados na Operação Agulha Oficial, deflagada pela nota técnica DSA/SDA/MAPA nº71 de 02.10.2009.

A Ação de vacinação de bovídeos, georreferenciamento e cadastramento das propriedades, denominada Agulha Oficial foi inédita no Estado do Amapá. Este trabalho da agulha oficial além de outras, teve a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento das atividades executadas ou a serem executadas pelo órgão responsável pelas ações de defesa e transferir a DIAGRO, os dados obtidos pelo cadastramento e georreferenciamento das propriedades e o levantamento do rebanho bovino, bubalino, suíno e de outras espécies existente no Estado do Amapá.

No que diz respeito ao levantamento de dados realizado para confecção dos cadastros, tratou-se do alicerce ou do passo inicial para implantar ou manter qualquer sistema de vigilância e diga-se de passagem que o trabalho de georreferenciamento realizado neste Estado do Amapá foi inédito, pois jamais em qualquer outro Estado da Federação foi realizado uma tarefa desta qualidade e com este objetivo.

A continuidade deste trabalho exigirá que a DIAGRO, órgão estadual executor das ações de inspeção e defesa animal, normatize através de atos e os faça cumprir. É indispensável a utilização dos dados para a implantação dos cadastros com indicadores que permitam classificar os sistemas de produção predominante em cada região.

Deve ser ressaltada a participação da RURAP, órgão de assistência técnica e de extensão rural do Estado do Amapá, que abraçou a causa disponibilizando seu pessoal técnico e administrativo. Conhecedores dos municípios do Estado sem dúvida alguma prestaram um eficiente serviço e preencheram a lacuna deixada por outros órgãos públicos que apesar de militarem no setor, optaram por não participar da agulha oficial.

Ressalte-se também a participação da iniciativa privada através dos lojistas revendedores de produtos de uso veterinário que além da contribuição prestada, acataram com rigor as recomendações feitas no sentido da não comercialização de vacinas de aftosa durante o período da vacinação. Digna de menção é também a participação dos pecuaristas através do seu órgão de representação a ASSOCIAÇÃO DOS PECUARISTAS DO AMAPÁ – ASPA.

Os recursos utilizados na Operação foram usados para aquisição de material permanente, aquisição de material de consumo, aluguel de viaturas, aluguel de voadeiras e rabetas, aluguel de freezers, aluguel de notebooks e impressora, serviços de instalações de cameras frias, pagamento de diarias e aquisição de passagens aereas.

Para os cálculos de eficiência usamos como indicador: Área declarada livre de Febre Aftosa com vacinação, embora o Estado ainda não seja declarado livre de Febre Aftosa, as ações de prevenção foram eficientes, visto fazer mais de 10 anos sem notificação para Febre Aftosa. O custo realizado foi menor que o programado em menos 21,43%. Ressalta-se que a operação atingiu um indice vacinal de aproximadamente 83,09%. Projetamos para 2010 um percentual de 20% no numero de animais vacinados, pois a Agulha Oficial terá continuidade em Outubro 2010.

Quanto à eficácia dentro do indicador programado no SIPLAN, PPA-2008-2011, atingimos 100% das metas. Algumas metas da ação são difíceis de alcançar enquanto a DIAGRO não se estruturar e desenvolver o papel de órgão executor das ações, segundo o que determina o DECRETO nº 5.741, de 30 de março de 2006 que instituiu o SUASA.

A meta vacinação de suideos foi incluída na ação erradicação da febre aftosa, pois os recursos descentralizado para a meta foram do PI ERRADMOSCA. Os resultados alcançaram 57,91% do programado(rebanho estimado IBGE). As

duas vacinações ocorreram simultaneamente aproveitando os mesmos recursos com forma de trazer economicidade para as ações.

INDICADOR: Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação

- a) Utilidade do Indicador: Medir a relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.
- b) Tipo: Eficácia, Eficiência e Efetividade

A) EFICIÊNCIA:

Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais é custo total realizado (CR) /quantidade realizada (QR) da meta física:

$$\begin{aligned} \text{CUR}_{2009} &= \text{CR}_{2009} : \text{QR}_{2009} \\ \text{CUR}_{2009} &= 2.994.662,12 : 142.815 \text{km}^2 = \text{R\$ } 20,96 / \text{km}^2 \end{aligned}$$

Custo unitário programado (CUP) em 2008, em reais e custo total programado da ação CP)/ (quantidade programada (QP) da meta física.

$$\begin{aligned} \text{CUP}_{2009} &= \text{CP}_{2009} : \text{QP}_{2009} \\ \text{CUP}_{2009} &= 3.702.271,84 : 142.815 \text{ km}^2 = \text{R\$ } 25,92 / \text{km}^2 \end{aligned}$$

Varição % entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2009:

$$\begin{aligned} V(\%) &= [(\text{CUR}_{2009} : \text{CUP}_{2009}) - 1] \cdot 100 \\ V(\%) &= [(20,96 : 25,92) - 1] \cdot 100 = - 19,13\% \end{aligned}$$

B) EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2008, em Quantidade da Meta Física.

$$\begin{aligned} \text{VA}_{2009} &= \text{QR}_{2009} - \text{QP}_{2009} \\ \text{VA}_{2009} &= 142.815 \text{ km}^2 - 142.815 \text{ km}^2 = 0 \end{aligned}$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2008, em percentagem:

$$\begin{aligned} \text{VR}_{2009} &= [(\text{QR}_{2009} : \text{QP}_{2009}) \cdot 100 \\ \% &= (\text{QR}_{2009} : \text{QP}_{2009}) \cdot 100 \\ \% &= (142.815 \text{ km}^2 : 142.815) \cdot 100 = 100\% \end{aligned}$$

c) EFETIVIDADE

Taxa de incidência das doenças:

$$\frac{\text{Número de propriedades livres das doenças} \times 100}{\text{Total de propriedades com rebanho no Estado}}$$

Não é possível realizar tal cálculo, em virtude do Estado do Amapá ser risco desconhecido para febre aftosa. Por outro lado não se tem ocorrência oficial da doença a mais de 10 anos Tomou-se como referência os indicadores do Programa da Sanidade na Agropecuária conforme estabelecido no PPA 2008-2011

Nesta ação o produto é Propriedade Atendida. O trabalho de prevenção controle e erradicação realizado pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Amapá - DIAGRO é coordenado e inspecionado pelo SEDESA.

Os indicadores de Eficiência e Eficácia foram calculados de um modo geral para o PI, ou seja, tomando-se os valores de atendimento realizados por todos os programas de saúde animal como o Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA, Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose- PNCEBT, Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros -PNCRH, Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos- PNSE, considerando-se, por exemplo, que ainda não se tem o número de estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina e o número de estabelecimentos certificados pelo PNSA. Vale ressaltar que o cadastro de bovinos e bubalinos do estado foi conseguido através da Agulha oficial, no entanto ao final do ano, tornando difícil o cumprimento de algumas metas do programa no mesmo ano.

Em 2009 o indicador de eficiência mostrou que o CUR foi bem menor que o CUP, na ordem de 41,40%. A maior parte dos recursos descentralizados foram para pagamento de passagens aéreas e diárias para custear deslocamento para participação em reunião técnica do Mapa e para o combate ao foco de Peste Suína Clássica em meados de junho 2009. Além dos custos com a coordenação das ações realizadas pela DIAGRO sobre os Programas de saúde animal, os recursos descentralizados são para as atividades executadas de forma direta, como capacitação, atividade de supervisão, fiscalização e outras.

O indicador de eficácia demonstrou que a meta física programada foi atingida em 170 % devido grande parte, os dados conseguidos com a realização da Agulha Oficial em novembro/dezembro com o atendimento a propriedades em todo o Estado do Amapá

INDICADOR : Incidência de doenças dos animais no Estado

Fórmula de cálculo: Número de propriedades atendidas para prevenção, controle e erradicação de doenças

dos animais

A) EFICIÊNCIA:

Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais é custo total realizado (CR) /quantidade realizada (QR) da meta física:

$$\begin{aligned} \text{CUR2009} &= \text{CR2009} : \text{QR2009} \\ \text{CUR2008} &= 155.058,85 : 5.120 = \text{R\$}30,28 \end{aligned}$$

Custo unitário programado (CUP) em 2008, em reais e custo total programado da ação CP)/ (quantidade programada (QP) da meta física.

$$\begin{aligned} \text{CUP2008} &= \text{CP2008} : \text{QP2008} \\ \text{CUP20078} &= 218.078,81 : 3.000 = \text{R\$}51,68 \end{aligned}$$

Variação % entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2008:

$$\begin{aligned} V(\%) &= [(\text{CUR2008} : \text{CUP2008}) - 1] \cdot 100 \\ V(\%) &= [(30,28 : 51,68) - 1] \cdot 100 = -41,40\% \end{aligned}$$

B) EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2008, em Quantidade da Meta Física.

$$\begin{aligned} \text{VA 2008} &= \text{QR 2008} - \text{QP 2008} \\ \text{VA 2008} &= 5.120 - 3000 = 2.120 \end{aligned}$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2008, em percentagem:

$$\begin{aligned} \text{VR2008} &= [(\text{QR2008} : \text{QP2008}) \cdot 100] \\ \% &= (\text{QR2008} : \text{QP2008}) \cdot 100 \\ \% &= (5.120 : 3000) \cdot 100 = 170\% \end{aligned}$$

Tomou-se como referência os indicadores do Programa da Sanidade na Agropecuária conforme estabelecido no PPA 2008-2011

Nesta ação o produto é Fiscalização Realizada. Quando se compara o custo realizado com o programado levam-se em consideração as ações diretas realizadas pelo SEDESA para esta ação que são de controle e coordenação das ações de vigilância realizadas pela DIAGRO. Não houve custos para essa ação, visto a atividade de fiscalização das partidas de couros, ocorrerem em Macapá, nos matadouros. Quando precisou-se do deslocamento usou-se recursos do PI PCEANIMAL e/ou FEBRAFTOSA para custear o combustível.

Quanto à Eficácia, o resultado negativo e o cumprimento da meta Atendimento a Propriedades aquém de 30% justifica-se porque esse SEDESA/AP só executa a fiscalização de couros e outros subprodutos de origem animal. Para que esse índice aumente, deverá haver um incremento por parte da DIAGRO/AP de ações de fiscalizações na área de defesa animal, com os relatórios de execução apresentados regularmente. Nos dados computados como realizados somente estão computados as atividades realizadas diretamente pelo SEDESA, como a emissão de Certificado de Inspeção Sanitária – CIS-E

INDICADOR: -

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspecionadas, com base na percepção de enfermidades.

A) EFICIÊNCIA:

Custo unitário realizado (CUR) em 2008, em reais é custo total realizado (CR) / quantidade realizada (QR) da meta física:

$$\begin{aligned} \text{CUR}_{2008} &= \text{CR}_{2008} \\ \text{CUR}_{2008} &= 00,00 : 12.000 = \text{R\$}00,00 \end{aligned}$$

Custo unitário programado (CUP) em 2008, em reais e custo total programado da ação (CP) / (quantidade programada (QP) da meta física.

$$\begin{aligned} \text{CUP}_{2008} &= \text{CP}_{2008} : \text{QP}_{2008} \\ \text{CUP}_{2008} &= 00,00 : 15.000 = \text{R\$}00,00 \end{aligned}$$

Variação % entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2008:

$$\begin{aligned} V(\%) &= [(\text{CUR}_{2008} : \text{CUP}_{2008}) - 1] \cdot 100 \\ V(\%) &= [(0,00 : 0,00) - 1] \cdot 100 = 00,00\% \end{aligned}$$

B) EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada em 2008, em quantidade da meta física.

$$\begin{aligned} \text{VA}_{2008} &= \text{QR}_{2008} - \text{QP}_{2008} \\ \text{VA}_{2008} &= 12.000 - 15000 = -3000 \end{aligned}$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2008, em percentagem:

$$\text{VR}_{2008} = [(\text{QR}_{2008} : \text{QP}_{2008}) \cdot 100]$$

$$\% = (\text{QR2008} : \text{QP2008}). 100$$

$$\% = (12000:1500). 100= -30\%$$

O indicador de desempenho para a Ação Erradicação da Mosca da Carambola foi a “**incidência da praga por municípios**”. Nosso índice para esta ação foi a incidência em 8 municípios em 2009. Atingimos 6. Portanto tivemos um desempenho de 133,33 % em relação ao índice previsto.

2.4.5.2 – Indicadores do VIGIAGRO

Existe um indicador oficial (337 – **Taxa de conformidade no controle de fronteiras**), que é a relação percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspecionadas, com base na percepção de enfermidades.

A ausência de uma Zona Aduaneira Organizada na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa prejudica o cálculo da taxa de conformidade no controle de fronteiras. Existe a previsão, com a conclusão da ponte bi-nacional, que os órgãos de fiscalização sejam estruturados e passem a atuar de forma mais efetiva na fronteira, possibilitando um maior controle do trânsito entre os dois países.

Todavia, foram desenvolvidos outros indicadores para avaliarmos o trabalho desenvolvido nas outras unidades coordenadas pelo Serviço de Gestão do VIGIAGRO-DT/AP.

Número de Partidas Inspeccionadas Emitidas Anualmente/Fiscal

Trata-se de um indicador de eficiência. A sua principal utilidade é aferir a produtividade dos Fiscais Federais Agropecuários (FFA’S) envolvidos nos desembaraços dos processos de importação e exportação de produtos e insumos agropecuários e florestais. Matematicamente, o resultado será uma razão entre a soma de todas as partidas inspeccionadas produzidas ao longo do ano por uma UVAGRO, dividida pelo número de fiscais lotados nessa mesma Unidade.

FORMULA:

$$\text{Indicador de Eficiência} = \frac{\text{Soma das Partidas Inspeccionadas ao ano}}{\text{Total de FFA'S lotados na UVAGRO}}$$

Ressalta-se que o termo Partida Inspeccionada é, de acordo com a Instrução Normativa número 36, de 10 de novembro de 2006, o somatório mensal do número de Termos de Fiscalização, Termos de Vistoria, Requerimentos para Inspeção de Embalagem de Madeira e Termos de Fiscalização de Bagagem e Encomenda. Serve para expressar o número de processos analisados por Fiscal lotado em determinada unidade ao longo do ano.

Resultados aferidos para o ano de 2009.

Para a UVAGRO da Companhia Docas de Santana

Indicador de Eficiência= $\frac{92 \text{ Partidas Inspeccionadas (P.I.) ao ano}}{01 \text{ Fiscal Federal Agropecuário (F.F.A.)}} = 92 \text{ P.I./F.F.A./ano}$

Para a UVAGRO do Aeroporto Internacional de Macapá

Indicador de Eficiência= $\frac{91 \text{ Partidas Inspeccionadas (P.I.) ao ano}}{01 \text{ Fiscal Federal Agropecuário (F.F.A.)}} = 91 \text{ P.I./F.F.A./ano}$

Percentual de Partidas Inspeccionadas (P.I.) Emitidas Anualmente em Relação ao Total Estimado

Esse indicador será utilizado para medir a eficácia das ações do VIGIAGRO-DT/AP. Ao início de cada ano, o VIGIAGRO-DT/AP programa, mensalmente, a quantidade de partidas inspeccionadas que deverão ser emitidas ao longo do ano. A representação matemática dar-se-á pela divisão daquilo que realmente foi executado ao longo do ano em uma UVAGRO, pelo total planejado (valor corrigido) para esse ano nessa mesma Unidade, multiplicado por 100 (cem). O resultado será expresso em percentagem.

FORMULA:

Indicador de Eficácia= $\frac{\text{Soma das P.I. emitidas no ano}}{\text{Total de P.I. planejadas para o ano}} \times 100$

Resultados aferidos para o ano de 2009.

Para a UVAGRO da Companhia Docas de Santana

Indicador de Eficácia = $\frac{92 \text{ P.I. Emitidas no ano}}{92 \text{ P.I. Planejadas ao ano}} \times 100 = 100\%$

Para a UVAGRO do Aeroporto Internacional de Macapá

Indicador de Eficácia = $\frac{92 \text{ P.I. Emitidas no ano}}{92 \text{ P.I. Planejadas ao ano}} \times 100 = 100\%$

Observação: considerou-se o número de *Partidas Inspeccionadas Planejadas* para o ano na sua forma corrigida, pois os processos de fiscalização do VIGIAGRO são dinâmicos e dependentes do volume de cargas importadas e exportadas pelo país, bem como do número de passageiros, oriundos de outros países, que desembarcam em nosso território. A taxa expressa que todos processos de importação e exportação, que deram entrada por esses dois pontos de ingressos, foram devidamente fiscalizados.

2.4.5.3 – Indicadores do SEFAG

Nos quadros abaixo são apresentados os indicadores de desempenho para a ação de Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM:

Indicador	Fiscalizações realizadas em relação ao programado
-----------	---

Utilidade	Avalia o alcance da meta programada na LOA
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	(FR/FP)*100 Programado (FP): 50 Realizado (FR): 51
Resultado do indicador no exercício	102%

Indicador	Nº de Auto de Infração lavrados em relação ao total de fiscalização realizado
Utilidade	Avalia o índice de conformidade dos agentes e produtos em relação ao cumprimento das exigências legais
Tipo	efetividade
Fórmula de cálculo	(1-(AI/FR))*100 Auto de Infração lavrados em 2009: 06 Fiscalização realizada em 2009: 51
Resultado do indicador no exercício	0,88 (máximo 1)

Indicador	% de amostras fora do padrão em relação ao total de amostras analisadas
Utilidade	Avalia o índice de conformidade dos produtos em relação ao cumprimento das exigências legais
Tipo	Efetividade
Fórmula de cálculo	(1-(AAFP/TAA))*100 AAFP: 0 TAA: 0
Resultado do indicador no exercício (Jan a out/09)	0%

As considerações a respeito dos índices nacionais, se referem ao período de janeiro a outubro, quando foram apresentados em Reunião Nacional, trabalhamos com estes parâmetros por não termos a nível de UJ estes níveis nacionais consolidados para o ano de 2010.

Para **Fiscalizações realizadas em relação ao programado** o índice pode ser considerado ótimo, quando comparamos com 93% apresentados a nível nacional. Já com relação a **Nº de Auto de Infração lavrados em relação ao total de fiscalização realizado**, é idealizado que atinja-se o valor da unidade, o que pela forma de cálculo significa uma situação ideal onde todos entes fiscalizados não apresentem infrações à legislação de sementes e mudas. A nível nacional este valor foi de 0,96, enquanto para a SFA-AP foi de 0,88. No caso da SFA-AP o fato se deve em grande parte ao fato de se tratarem de estabelecimentos de pequeno porte que têm dificuldade, dado os recursos financeiros e nível cultural, de se interarem quanto a legislação vigente. Todavia, após as autuações observa-se um tendência a adequação por parte dos entes fiscalizados, denotando a que a finalidade da ação têm tido sucesso.

Com relação **% de amostras fora do padrão em relação ao total de amostras analisadas**, a produção de mudas é bem mais significativa que a produção de sementes no estado, sendo que somente em dezembro foi inscrito no SEFAG/DT/SFA-AP um produtor de sementes. Acontece que não há ainda um protocolo desenvolvido para análise de mudas em consonância com a legislação de sementes e mudas. De outra parte, o comércio de sementes, de onde pode-se aferir a qualidade através de amostragem, é de acordo com a legislação incumbência do estado. Disto resulta que em 2009 não foram coletadas amostras.

Para o PI FISFECOI constata-se que os indicadores que levam em consideração as metas programadas e sua execução apresentam resultados positivos em **93,33 %**, enquadrando-se no resultado considerado bom, **78,33 %** para o PI-FISPROVET considerado regular. Neste caso, o desempenho regular se deu pelo mesmo ficar sem Responsável Técnico por dois meses consecutivos, visto que o mesmo foi removido para outra unidade da federação.

Para o PI-FISAGROTOX não conseguimos atender as metas, pois envolve também a atuação do órgão estadual de defesa agropecuário do Amapá – Diagro, que encontra-se em fase de estruturação ainda. Porém, a partir do *Encontro de Fiscalização e Seminário Regional sobre Agrotóxicos – Regional Norte*, envolvendo o MAPA e o órgãos de defesa estadual da Região Norte do Brasil, realizado em Macapá-AP em março de 2010, foram harmonizados os procedimentos de fiscalização junto ao Diagro. Ocasão em conseguimos a participação de técnicos do estado em um evento nacional com o objetivo de motivá-los e acreditamos que em 2010 iremos obter resultados satisfatórios.

As metas do PI - FISCINAN foram rigorosamente cumpridas no ano de 2009, devido a diversos fatores positivos. Foram fiscalizados 96,66 % dos estabelecimentos produtores, infatizando-se os de maior impacto no comércio de rações em razão de sua maior expressividade no Estado. O interesse dos produtores e comerciantes em garantir a qualidade de seus produtos foi fator de suma importância para o cumprimento de nossas metas.

Os indicadores para a ação PI - FISCINAN foram criados objetivando, a princípio, a análise de três dimensões: eficiência, eficácia e efetividade.

A **eficiência** foi calculada para algumas *atividades* executadas, sendo definida como a relação entre os produtos gerados por uma atividade e o custo dos insumos empregados para tal, em um determinado período de tempo.

A **eficácia** também foi determinada para as atividades executadas, sendo considerada como o grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados, ou seja, a relação percentual entre o executado e o programado para cada atividade, conforme o cálculo abaixo:

Informamos a seguir, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos para o ano de 2009 no exercício da fiscalização.

O projeto PI - FISCINAN tem previsto no PPA, apenas um produto: FISCALIZAÇÃO REALIZADA (quadro 35.1) – SIPLAN.

Eficiência	<i>Produtividade do Serviço na Fiscalização</i>	IPF	58
Eficiência	<i>Custo da Fiscalização</i>	ICF	R\$ 62,73 (p/meta)
Eficácia	<i>Estabelecimentos Fiscalizados</i>	IEF	62,14%

Efetividade	<i>Conformidade de Produtos</i>	ICP	100%
--------------------	---------------------------------	-----	------

IPF	N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Total de Fiscais envolvidos
ICF	Recurso Financeiro despendido/N. Estabelecimentos Fiscalizados
IEF	N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Estabelecimentos Registrados
ICP	N. de Amostra de Produtos em conformidade/N. total de análises realizadas

2.4.5.4 - Indicadores do SIFAG

O PI INSPANIMAL 3 tem previsto no PPA, apenas um produto: estabelecimento inspecionado (quadro 35.1 acima). Desta forma, os indicadores quantificam apenas o realizado relativamente a este produto. Não se pode avaliar as outras atividades do serviço, tais como inspeção no comércio varejista, que também poderia ser avaliada.

Informamos, a seguir, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos para o ano de 2009.

Eficiência	<i>Produtividade do Serviço na Fiscalização</i>	IPF	4
Eficiência	<i>Custo da Fiscalização</i>	ICF	R\$ 11.280, 315
Eficácia	<i>Estabelecimentos Fiscalizados</i>	IEF	100%
Efetividade	<i>Conformidade de Produtos</i>	ICP	100%

IPF	N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Total de Fiscais envolvidos
ICF	Recurso Financeiro despendido/N. Estabelecimentos Fiscalizados
IEF	N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Estabelecimentos Registrados
ICP	N. de Amostra de Produtos em conformidade/N. total de análises realizadas

Indicador: ÍNDICE DE CONFORMIDADE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL

O índice depende diretamente da atividade de fiscalização do processo de produção e dos produtos de origem animal e vegetal, calculada da seguinte forma: $ICP = 0,6 \times ICA + 0,4 \times ICV$, onde: ICP - Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal; ICA - Índice de conformidade de produtos de origem animal; $ICA = (0,7 \times (RA/NT) + 0,3 \times (AC/NA))$, em que: RA - Número de relatórios de auditoria conformes; NT - Número total de relatórios de auditoria; AC - Número de amostra de produtos em conformidade; NA - Número total de amostras analisadas. ICV - Índice de conformidade de produtos de origem vegetal: $ICV = (0,5 \times (EI/ER) + 0,5 \times (AC/NA))$, onde: EI - Número de estabelecimentos inspecionados; ER - Número total de estabelecimentos registrados; AC - Número de amostra de produtos em conformidade; NA - Número total de amostras analisadas. Obs: O valor do ICP varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor é a qualidade da produção animal e vegetal fiscalizada.

Índice Início do PPA: 0,74

Índice Final do PPA: 0,90

Unidade de Medida: número índice

Base Geográfica: Nacional

Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/DIPOV/DIPOA

Nossas atividades foram efetuadas sob o regulamento das Lei 8.918 de 14/07/94 e Decreto 6.871 de 14/07/09, que dispõe sobre a Padronização, Classificação, Registro, Inspeção, Produção e Fiscalização de Bebidas, bem como sobre as disposições de legislações complementares.

Informamos a seguir, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos para o ano de 2009.

O projeto IPVEGETA2 tem previsto no PPA, apenas um produto: estabelecimento inspecionado (quadro acima).

Desta forma os indicadores calculados acima apresentam resultados abaixo do previsto. Quantificando-se apenas o realizado relativamente a este produto não se pode avaliar a atividade do serviço. No entanto, desenvolve-se uma série de outras atividades em decorrência da inspeção que também poderiam ser avaliadas.

O resultado do desempenho da meta colheita de amostra houve uma redução significativa em decorrência da dificuldade de envio para laboratórios que possam atender a demanda de análise da SFAs.

Mas o serviço obteve uma resposta positiva com relação aos produtos amostrados, em garantir à qualidade, conformidade e segurança dos produtos expostos a venda (ICP).

A meta deste produto é que pelo menos 90% dos produtos estejam em conformidade com seus padrões estabelecidos em lei.

A meta do produto estabelecimento comercial os indicadores calculados apresentam resultados não significativos em função do cumprimento de ordem da CGVB/DIPOV, segundo OF/Circular, ressaltando que, as ações no comércio deverão ser limitadas ao atendimento de denúncias e ações solicitadas pela CGVB.

<i>Eficiência</i>	<i>Produtividade do Serviço na Fiscalização</i>	<i>IPF</i>	70
<i>Eficiência</i>	<i>Custo da Fiscalização</i>	<i>ICF</i>	R\$ 143,19 (p/meta)
<i>Eficácia</i>	<i>Estabelecimentos Fiscalizados</i>	<i>IEF</i>	70%
<i>Efetividade</i>	<i>Conformidade de Produtos</i>	<i>ICP</i>	100%

<i>IPF</i>	<i>N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Total de Fiscais envolvidos</i>
<i>ICF</i>	<i>Recurso Financeiro despendido/N. Estabelecimentos Fiscalizados</i>
<i>IEF</i>	<i>N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Estabelecimentos Registrados</i>
<i>ICP</i>	<i>N. de Amostra de Produtos em conformidade/N. total de análises realizadas</i>

QUADRO DE INDICADORES

INDICADORES	Previsto	Executado	%
Estabelecimentos Fiscalizados	170	135	79,4
Coleta de Amostra	10	7	70
Quantidade Fiscalizada	1600 T	1281 T	85,6
Classificação Fiscal	10	7	70

Principais Indicadores de Desempenho Operacional

As atividades do programa de Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de produtos Vegetais, são desenvolvidas através do PI – PADCLASSIF, sendo regulamentadas com base na Lei nº 9.972, de 25.05.2007, e Decreto nº 6.268, de 22. 11. 2007. O índice alcançado nos indicadores de desempenho, estão explicitados no quadro de indicadores acima, visto que todos esses indicadores foram executados, como já citamos, num período de apenas 5 (cinco) meses, pelas razões também já enumeradas . Nossos indicadores, sempre foram desenvolvidos e executados com um grau de positividade mais expressivo, face a descentralização de recursos orçamentários nos ensejar uma execução mais abrangente do PI, visto fiscalizarmos em torno de 90% dos estabelecimentos comerciais existentes nos 16 (Dezesesseis) Municípios do Estado. Entretanto, no exercício/ 2009, não fomos contemplados com recursos orçamentários que nos ensejasse uma demanda maior de trabalho, dentro de uma previsão orçamentária de R\$ 77. 734, 00 (Setenta e Sete Mil , Setecentos e Trinta e Quatro Reais)., sendo liberado apenas R\$ 2.983,43 reais, o que representa apenas 3,7% do previsto. Diante deste fato, consideramos os indicadores de desempenho do PI, como altamente satisfatório, considerando-se o escasso tempo de execução das atividades.

Eficiência	Produtividade de Serviços na Fiscalização	IPF	135
Eficiência	Custo da Fiscalização	ICF	-
Eficácia	Estabelecimentos Fiscalizados	IEF	-
Efetividade	Conformidade de Produtos	ICP	2,33

2.4.5.5 Indicadores do MANUT

SIGLA	INDICADOR	FÓRMULA	INDICADOR	FÓRMULA	Valor %	Mensal
lsartsa (%)	Eficácia	(Nº de servidores Administrativos / Nº total de servidores ativos) x100	Índice de servidores administrativos em relação ao total de servidores ativos	$73/94 \times 100$	77,73	--
lalimed (%)	Eficácia	(Número de servidores afastados x afastamento em dias dos servidores) / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de Afastamento por licença médica dos Servidores	$26 \times 435 / 94 \times 365 \times 100$	33,00	--
lalimedn (%)	Eficácia	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	Índice de Servidores totais afastados com Licença Médica	$26/94 \times 100$	27,66	--
laffa (%)	Eficácia	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	$2/17 \times 100$	11,76	--
lagtec (%)	Eficácia	(Nº de AISIPOA-AG.ATIV.AGROP. afastados/ Nº de AISIPOA-AG.ATIV. Total) x 100	Índice de Servidores AISIPOA-AAA afastamento por licença médica	$0/0 \times 100$	0	--
laadm (%)	Eficácia	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administrativos ativos) x100	Índice de servidores Administrativo com afastamento licença médica	$12/73 \times 100$	16,44	--
laap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) X100	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	$0/0 \times 100$	0	--

lcfplic (%)	Eficácia	(Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de processos iniciados) x 100	Conformidade dos Processos licitatórios	31/36x100	86,11	--
lcfcd (%)	Eficácia	(Nº de diárias aptas para pagto / Nº de diárias recebidas)x 100	Conformidade das diárias	1031/1054x100	97,81	--
lcfg(%)	Eficácia	(Nº de conformid. atribuídas sem restrição / Nº total de registros de conformidades)x 100	Conformidade Contábil	--	--	--
leof(%)	Eficácia	(Créditos empenhados / Créditos provisionados) x 100	* Execução Orçamentária e Financeira	$\frac{7.388.345,27}{8.247970,89} \times 100$	98,51	--
laalm (%)	Eficácia	(Requisição de materiais atendidos/ Requisição de materiais solicitados) X 100	Índice de atendimento do Almoxarifado	--	--	--
lpapc	Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servid. envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria	0/0	--	0
lplic	Eficiência	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na conclusão de Processos de licitação.	31/3	--	0.86
lppd	Eficiência	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	Produtividade no pagamento de diárias	1031/3	--	28,63
lemp	Eficiência	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na emissão de empenho	653/3	--	18,14

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

I - Quadro “Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009		
Regime do Ocupante do cargo	Lotação efetiva	Lotação Ideal
Celetista	01	-
Cargos de Livre Provisão	17	17
Terceirizados	-	-
Total	18	17

II – Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	104	4.894.498,44	153.594,17	2.759.598,89	405.030,39	213.520,37
2008	99	5.582.060,26	208.187,58	3.070.846,54	456.042,27	210.377,91
2009	93	7.246.260,98	210.239,56	2.960.593,65	767.822,66	175.671,35
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	01	50.343,37	-	-	-	1.945,44
Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						

2007	01	-	5.456,58	2.518,42	-	-		
-	01	-	33.632,65	2.694,71	-	-		
2009	01		35.031,23	2.694,71	-	-		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	01	-	25.999,74	-	-	-		
2008	01	-	29.214,74	-	-	-		
2009	01	-	9.700,92	-	-	-		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	-	-	-	-	-	-	10	28.440,00
2008	-	-	-	-	-	-	10	46.445,33
2009	-	-	-	-	-	-	08	55.451,66

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

- Não se Aplica

5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

I Quadro Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009		NÃO SE APLICA		
2008	41.718,82	16,91	40.456,07	-
2007	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009		NÃO SE APLICA		
2008	492.351,61	9.434,56	482.917,05	0,00
2007	-	-	-	-
Observações:				

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

– Quadro de Detalhamento de Transferências

Quadro de Detalhamento de Transferência									
Concedente (s)									
UG/CNPJ		Denominação							
SFA/AP		Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário - SEPDAG							
00.396.895/0001-93									
Tipo	Identificação SIAFI	Conveniente CNPJ	Valor Pactuado R\$ 1,00	Contrapartida	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Situação
							início	fim	
2		059864270001-24	292.500	8.775	*	*	Nov/2009	Dez./2010	0
2		003945770001-25	292.500	33.334	*	*	Nov/2009	Mai/2011	0
2		003945770001-25	195.000	22.223	*	*	Dez/2009	Jun/2011	0
2		003945770001-25	195.000	22.223	*	*	Dez/2009	Mai/2011	0
2		003945770001-25	177.438	17.,743	*	*	Dez/2009	Jun/2010	0
2		003945770001-25	536.250	48.750			Dez/2006	Mai/2010	0
2		349252140001-90	204.750	9.750			Dez/2007	Dez/2010	0
2		349252060001-44	200.851	5.851			Dez/2007	Out/2010	0
2		230669050001-60	554.325	60.000			Dez/2007	Dez/2010	0
2		059904370001-33	200.850	5.850			Dez/2007	Març/2010	0
2		230669050001-60	307.125	14.625			Dez/2007	Dez/2010	0
2		349251310001-00	204.750	9.750			Dez/2007	Out/2010	0
2		349252300001-83	200.850	5.850			Dez/2007	Dez/2010	0
2		003945770001-25	114.890	17.390			Dez/2008	Marc/2011	0
2		230666400001-08	429.000	39.000			Dez/2008	Julh/2010	0
2		230666400001-08	107.250	9.750			Dez/2008	Jul/2010	0
2		349252300001-83	203.000	8.000			Dez/2008	Dez/2010	0

Fonte: CEF-AP

Convenção: (*) – não iniciados
 (**) – liminar Judicial
 (***) – não empenhados

– ANÁLISE CRÍTICA – situação da gestão das transferências.

Sem dúvida, todas as os contratos de repasse que visam transferência financeira aos municípios e Estado, revestem-se de importância grande, principalmente porque as dotações descentralizadas pela União aos municípios, principalmente, não permitam que os gestores municipais possam executar projetos de investimentos necessários as comunidades; daí então, qualquer aporte financeiro oriunda de emendas descentralizados ajuda muito.

Entretanto, a falta de capacidade executiva e o desconhecimento, entre outros aspectos, tem sido fatores perversos a adequada execução das transferências efetuadas. Vê então o rol de contratos de repasse de outros exercícios que somente no ano de 2009 foram devidamente sanadas suas pendências (CAUC), e por isto, depois, efetuados sistematicamente a migração destes para o novo sistema SICONV. Como se observa, a maioria dos contratos, devido pendências anteriores (com exceção do Contrato de repasse da conveniente – P.M.I) não têm ainda suas execuções propriamente iniciadas .

Tem-se, um número expressivo de propostas efetuadas para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas (patrulha mecanizada), o que denota não só a necessidade destes equipamentos na lida dos trabalhos dos municípios, e atendimento das atividades agrícolas (preparo mínimo de área), como também a falta de conhecimento dos parlamentares para a proposição de outras necessidades de interesse comunitários.

Vale informar, que as propostas credenciadas, cadastradas e empenhadas no exercício de 2009 se deram de forma, até então lenta, uma vez que no Estado não havia nenhum órgão federal capacitado para a operação no novo sistema de transferência de recurso do governo federal, além da falta de capacitação pertinente. Com as informações repassadas posteriormente à SFA/AP é que começou a fluir gradativamente a operacionalização neste novo sistema. Não havia servidores treinados. Até o momento, somente a SFA/AP faz as operações necessárias de cadastramento de convenientes no SICONV; para algumas operações ainda persistem dúvidas.

Quanto as demais informações, medidas solicitadas para sanar as inadimplências, por exemplo, ações tem sido empreendidas em conjunto com o Escritório de Negócios da Caixa Econômica Federal/AP, de forma que esta nos tem repassado informações de pendências, dificuldades etc, onde na medida do possível, são empreendidas no município a verificação, acompanhamento e gestão no intuito da resolução dos entraves.

– REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SICONV.

Número da Proposta	Nome do Proponente	Possui Parecer	Natureza Jurídica	Data Inicial de Envio da Proposta para Análise	Data Final de Envio da Proposta para Análise
022708/2010	AGENCIA DE DEFESA E INSPECAO AGROPECUARIA DO ESTADO DO AMAPA - DIAGRO	Não	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	01/07/2010	31/12/2010
091187/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAZAGAO	Sim	Administração Pública Municipal	02/11/2009	31/12/2010
065703/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
065140/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
065133/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009

Número da Proposta	Nome do Proponente	Possui Parecer	Natureza Jurídica	Data Inicial de Envio da Proposta para Análise	Data Final de Envio da Proposta para Análise
065128/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
065118/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
065112/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
065102/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
065096/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
061641/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
061635/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
061624/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
060602/2009	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPA	Sim	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	01/09/2009	01/09/2010
059724/2009	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPA	Sim	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	30/12/2009	30/05/2011
059668/2009	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPA	Sim	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	30/12/2009	30/05/2011
059295/2009	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPA	Sim	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	30/12/2009	30/05/2011
058603/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Sim	Administração Pública Municipal	31/08/2009	30/06/2010
058557/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Sim	Administração Pública Municipal	31/08/2009	31/12/2009
009132/2009	AGENCIA DE DEFESA E INSPECAO AGROPECUARIA DO ESTADO DO AMAPA - DIAGRO	Sim	Administração Pública Estadual	10/08/2009	31/12/2009

Número da Proposta	Nome do Proponente	Possui Parecer	Natureza Jurídica	Data Inicial de Envio da Proposta para Análise	Data Final de Envio da Proposta para Análise
022708/2010	AGENCIA DE DEFESA E INSPECAO AGROPECUARIA DO ESTADO DO AMAPA - DIAGRO	Não	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	01/07/2010	31/12/2010
091187/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAZAGAO	Sim	Administração Pública Municipal	02/11/2009	31/12/2010
065703/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
065140/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009

Número da Proposta	Nome do Proponente	Possui Parecer	Natureza Jurídica	Data Inicial de Envio da Proposta para Análise	Data Final de Envio da Proposta para Análise
065133/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
065128/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
065118/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
065112/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
065102/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
065096/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
061641/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
061635/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
061624/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Não	Administração Pública Municipal	01/09/2009	31/12/2009
060602/2009	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPA	Sim	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	01/09/2009	01/09/2010
059724/2009	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPA	Sim	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	30/12/2009	30/05/2011
059668/2009	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPA	Sim	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	30/12/2009	30/05/2011
059295/2009	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPA	Sim	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	30/12/2009	30/05/2011
058603/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Sim	Administração Pública Municipal	31/08/2009	30/06/2010
058557/2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO	Sim	Administração Pública Municipal	31/08/2009	31/12/2009
009132/2009	AGENCIA DE DEFESA E INSPECÃO AGROPECUARIA DO ESTADO DO AMAPA - DIAGRO	Sim	Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	10/08/2009	31/12/2009

7. Previdência Complementar Patrocinada

- Não se Aplica

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Item 7 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Quadro II.A.4 – Projetos e Programas financiados com Recursos Externos (Demonstrativo dos Fluxos Previstos e Realizados)

- Não se Aplica

9. Renúncia Tributária

- Não se Aplica

10. Operações de fundos

Item 10 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008

- Não se Aplica

11A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

1. CONSTATAÇÃO (033)

1- Número de relatório

Nº 224905

2- Descrições da Recomendação

Estruturar os serviços de coleta e avaliação de amostras, com planejamento anual associado ao aparecimento ocasional de focos de doenças, redirecionando as decisões gerenciais, com base nos resultados advindos da nova sistemática.

3- Setor responsável pela implementação

VIGIAGRO/DT/SFA/AP

4- Providências adotadas (ou justificativas para o caso não cumprimento)

Foi implementado dentro do prazo

1.1. CONSTATAÇÃO (031)

2.1.

Identificar as fragilidades da unidade, promovendo capacitação de recursos humanos, aprimorando controles e otimizando processos e operações sem prejuízo de atentar para o cumprimento dos prazos e recomendações exaradas por essa Controladoria.

3.1

SRH

4.1

Foi iniciado o pedido o pedido de justificativa para uma capacitação para o setor de transporte.

1.2. CONSTATAÇÃO (023)

2.2.

Atentar para a indicação tempestiva do fiscal de contrato, com vistas ao efetivo acompanhamento da execução e subsídio aos pagamentos efetuados em obediência ao que prescreve o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2

SAD

4.2.

As providências já tinham sido no ato da auditoria, acontece que não houve tempo para entregar para os auditores a portaria de cada fiscal.

1.3. CONSTATAÇÃO (010)

2.3.

Recomenda-se que a unidade faça planejamento de suas despesas evitando a utilização de Suprimento de Fundos para aquisição de insumos possíveis de previsão e que já possuam contrato em vigor.

3.3.

SAD

4.3.

O processo de nº 21.008.269/2009-32, que trata da licitação na modalidade de pregão eletrônico, está contido no Edital para aquisição de combustível para os municípios de Macapá, Oiapoque e Laranjal do Jarí.

1.4 CONSTATAÇÃO: (013)

2.4

Recomenda-se que a unidade inclua em seus processos de Concessão de Diárias e Passagens, as justificativas prescritas no Decreto 5992/2006, quando os deslocamentos iniciarem em finais de semana.

3.4

SRH

4.4

Estão fazendo fiscalização em todo os PCD.

1.5 CONSTATAÇÃO: (029)

2.5

Manter a coerência entre o recurso do programa governamental e a atividade a ser executada.

3.5

SRH

4.5

o SRH ficou responsável pela análise entre o recurso do programa e atividade a ser executado.

1.6. CONSTATAÇÃO (019)

2.6

Quando das contratações com terceiros, mesmo nas hipóteses de dispensa de licitação, preze por fazer constar nos processos todas as exigências legais e coíba a contratação de empresas e pessoas pertencentes ao ciclo familiar do Gestor, a exemplo o cônjuge, como foi o caso de contratação constatada, sem prejuízo de observar o princípio da isonomia entre os fornecedores nas contratações realizadas pela Administração Pública.

2.6.1

Verificar com antecedência necessária, antes das publicações, se nos editais de licitações elaborados pela sua unidade existem cláusulas restritivas à competitividade ou quaisquer outras infrações à Lei 8.66/93.

2.6.2.

Nos processos de dispensa de licitação, quando da alegação de emergência, faça constar todos os requisitos que possam caracterizar tal situação, conforme descrito no campo “causa” acima.

3.6

SAD

4.6

Foram realizadas reuniões com os setores responsáveis pela gestão orçamentária e financeiras onde foram repassadas as recomendações em pauta, sendo que todos os editais de licitação são submetidos apreciação jurídica

1.7 CONSTATAÇÃO (021)

2.7

Recomenda-se ao gestor que utilize a modalidade de licitação devida, de acordo com o estabelecido no artigo 22 da Lei 8.666/93 e abstenha-se de incorrer em fracionamento e fuga ao processo licitatório.

3.7

SAD

4.7

Foi realizada nova licitação para contratação de empresa para auxiliar no combate da mosca da carambola.

1.8 CONSTAÇÃO (001)

2.8

Executar, fielmente, para avaliação da gestão anual, o cronograma de datas proposto pelo Órgão de controle.

3.8

GAB

4.8

Foram tomadas medidas para melhoria no arquivamento dos documentos, bem como foi determinada abertura de processo para fornecimento de diárias, como forma de melhorar o acompanhamento.

1.9 CONSTATAÇÃO: (004)

2.9

Recomenda-se a realização de planejamento prévio de todos os materiais de consumo necessários no exercício, para então os mesmos serem adquiridos através da modalidade pregão eletrônico, evitando com isso a utilização de suprimento de fundo para aquisição desse tipo de mercadoria e uma possível fuga ao processo licitatório, no caso de ser ultrapassado o limite do valor para realização de dispensa de licitação.

2.9.1. Recomenda-se, quando da realização de processo licitatório para a aquisição de materiais de consumo ou contratação de prestadores de serviços pela SEAP/AP, que seja providenciado o levantamento das necessidades da SFA/AP, e realizada a contratação também para aquele Órgão, já que a SFA/AP é responsável pela gestão de seus recursos.

3.9

GAB

4.9

Foram adotadas medidas sanadoras através do levantamento prévio das necessidades de consumos da SFA/AP, com vista a realização de pregão.

1.10. CONSTATAÇÃO (005)

2.10.

Recomenda-se que a partir de edição das normativas do TCU e da CGU, que regulamentam a apresentação dos processos de Tomada e Prestação de Contas, que sejam designados servidores especificamente para a elaboração da peças, evitando, assim o descumprimento aos prazos estabelecidos.

3.10

GAB

4.10

Foram nomeados 02 servidores para servirem comi interlocutores junto aos órgão de controles

1.11. CONSTATAÇÃO (006)

2.11 Recomenda-se ao ordenador de despesas que se abstenha de conceder Suprimento de Fundo para a utilização em casos não enquadrados no art.45, do Decreto nº 93.872/86.

2.11.1 Recomenda-se à SFA/AP que providencie o levantamento de todos os materiais de consumo previstos, para serem utilizados durante o exercício, inclusive os da SEAP/PR-AP e realize processo licitatório para a aquisição destes, utilizando o Suprimento de Fundo para a aquisição de materiais de consumo e serviços em situações de fato excepcionais.

3.11

GAB

4.11

Foram adotadas medidas sanadoras através de levantamento prévio das necessidades de consumo da SFA/AP, com vista na realização de pregão

1.12. CONSTATAÇÃO (007)

2.12.

Recomenda-se, quando da realização do orçamento da unidade, que sejam priorizadas as principais atividades desenvolvidas pela unidade, evitando com isso, a ausência de créditos nos PI's em que a SFA/AP mais desenvolve ações durante o exercício.

2.12..1

Recomenda-se a edição de normativo interno exigindo, quando da solicitação de concessão de suprimento de fundo, a identificação e o detalhamento do PI e do programa/ação das atividades que serão desenvolvidas com recursos do suprimento.

2.12.2. Recomenda-se que o referido normativo exija do setor financeiro que a emissão do empenho somente ocorra, quando existirem recursos disponíveis no PI específico das atividades que serão desenvolvidas com os recursos do suprimento.

3.12

DT

4.12

Foi editado normativo pata atender as recomendações

1.13 CONSTATAÇÃO (004)

2.13

Recomenda-se a realização de planejamento prévio de todos os materiais de consumo necessários no exercício, para que os mesmos sejam adquiridos através da modalidade Pregão Eletrônico, evitando com isso a utilização de Suprimento de Fundos para a aquisição desse tipo de mercadoria e uma possível fuga ao Processo Licitatório, no caso de ser ultrapassado o limite do valor para a realização de Dispensa de Licitação.

2.13.1

Recomenda-se, quando da realização de Processo Licitatório para a aquisição de materiais de consumo ou contratação de prestadores de serviço pela SFA/AP, que seja providenciado o levantamento das necessidades da SEAP/PR-AP e realizada também a contratação para esse Órgão, já que a SFA/AP é a responsável pela gestão de seus recursos.

3.13

GAB

4.13

Foram adotadas medidas sanadoras através de levantamento prévio das necessidades de consumo da SFA/AP, com vista na realização de pregão

1.14. CONSTATAÇÃO (005)

2.14

No caso da não comprovação do ressarcimento do total de R\$ 8.584,28, mais a atualização, por parte do Governo do Estado do Amapá ao erário federal, relativo à cessão do servidor de matrícula SIAPE nº 101863, no período de 06/12/2004 a 14/02/2005, recomenda-se o encaminhamento dos dados à Procuradoria da Fazenda Nacional, para que esse Órgão providencie a cobrança judicial dos valores.

2.14.1

Promova o lançamento dos valores relativos ao direito do órgão ao ressarcimento da remuneração dos servidores cedidos, quando o ônus estiver a cargo do cessionário, na conta contábil nº 112190700 – créditos a receber por cessão pessoal.

3,14

SRH

4.14

Foi providenciado o ressarcimento do recolhimento do valor pelo Governo do Estado.

11B. Determinações e recomendações do TCU

Unidade Jurisdicionada SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAPÁ					
Denominação completa:				Código SIORG 130100	
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo 019.207/2006-6	Acórdão 6019/2009	Item	Tipo	Comunicação Expedida OF.Nº 775/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação SFA/AP			Código SIORG 130100		
Descrição da Deliberação: 1.5. Determinações; 1.5.1. À Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá-SFA/AP; 1.5.1.1. Observar o cumprimento do art.26 da Lei 10.180/2001, apresentando todas as informações e documentos quando requeridas pelo Órgão de Controle Interno; 1.5.1.2. Instaurar processo administrativo com a finalidade de apurar o desaparecimento do Processo de Suprimento de Fundos concedido através do Memo. nº 120/SEDESA/DT/SFA/AP; 1.5.1.3. Orientar seus servidores para que, quando da utilização dos recursos referentes à suprimento de fundos, nos quais haja a realização de saque, e por ocasião da aprovação da respectiva prestação de contas, justifiquem de forma detalhada os motivos que levaram à referida despesas diretas, fazendo contar, inclusive, declaração do estabelecimento credor quando esta não possuir disponível, a opção de pagamento no modalidade de cartão de credito. 1.5.1.4. Desmembrar a diferença individual concedida em 1993 aos servidores matricula SIAPE nº 0003036,					

<p>0008142, 0024208 e 1009329 da vantagem do art.192, II da Lei nº 8.112/90, lançando esta última na rubrica específica “Vantagem Pessoal -VP”;</p> <p>1.5.1.5. Constar justificativa expressa e fundamentada no processo licitatório quando for impossível a obtenção do número mínimo de Licitantes exigidos para a modalidade convite, de acordo com o disposto no art.22§n 7º , da Lei nº 8.666/93;</p> <p>1.5.1.6. Observar a obrigação de disponibilizar no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONS, no que couber, informações referentes aos convênios e /ou instrumentos congêneres firmados, com a identificação das respectivas categorias de programação e fontes de recursos quando se tratar das duas últimas categorias citadas, observadas as normas estabelecidas pelo Poder Executivo, consoantes art. 19, da Lei nº 12.017/2009 (LDO2010), art. 10 da Lei nº 11.768/2008 (LDO2009);</p> <p>1.5.1.7. Planejar as futuras aquisições de modo a evitar o fracionamento irregular da despesa em respeito ao previsto no art.24, inc.II da Lei nº 8.666/93;</p> <p>1.5.1.8. Proceder ao cadastramento de todos os atos de admissão e concessão de aposentadoria no sistema SISAC de acordo com a IN/TCU Nº55, de 24 de outubro de 2007, norma que revoga a Instrução Normativa TCU nº 44, de 2 de outubro de 2002.</p> <p>1.5.2. À Assessoria Jurídica da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá – SFA/AP:</p> <p>1.5.2.1.Verificar, em futuras emissões de Pareceres Jurídicos acerca da legalidade dos processos de licitação, dispensa ou inexigibilidade, se estão sendo respeitados os limites previsto no inciso II, do art..24 da Lei 8.666/93, evitando desta forma, a ocorrência d fracionamento irregular da despesa.</p>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação SAD	Código SIORG 130100
<p>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> . A SFA/AP vem cumprindo o que determina o art. 26 da LEI 10.180/2001 (determinação no item 1.5.1-1) . Foi feito um comunicado ao Superintendente através do Memorando pedindo providencias (determinação no item 1.5.1.2) . Foram orientados os servidores para atenção quando da utilização de suprimento de fundos (determinação no item 1.5.1.3) . Todo bem ou serviços adquirido através de licitação qualquer que seja a modalidade a SFA/AP vem juntando ao processo as devidas justificativas (determinação no item 1.5.1.5) . Todos os contratos celebrados com a SFA/AP estão sendo informado no SIASG, assim como os convênios no SICONS(determinação no item 1.5.1.6) . A SFA/AP vem orientando o serviço de Atividade Geral, Setor responsável pelas compras no ato da abertura de processo verificar todas as demandas no sentido de evitar o fracionamento de despesas (determinação no item 1.5.1.7) . A SFA/AP através de seu Recursos Humanos procedeu ao cadastramento de todos os atos de admissão e concessão de aposentadoria no sistema SISAG(determinação no item 1.5.2, 1.5.2.1) . Todos os processos da SFA/AP são analisado pelo NAJ/MCP que orienta no sentido de evitarmos o fracionamento de despesa (determinação no item 1.5.2, 1.5.2.1) . Foram adotadas medidas para solucionar o problema através da justificativa nº 03/2009, encaminhada ao TCU. 	
<p>Síntese dos resultados obtidos</p> <p>A SFA/AP vem promovendo reunião com os servidores das áreas meio e fim no sentido de conscientizar os servidores do tamanho da importância de cada um para o desenvolvimento da instituição , além de promover capacitação , através de curso a distancia oferecido pelo MAPA, a fim de melhorar os resultados das atividades desenvolvidas.</p>	
<p>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</p> <p>Positivo – A capacitação dos servidores através de curós à distância e treinamento através do Capacita.</p> <p>Negativo – Falta mais servidor na área Fim assim como na área Meio</p>	

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRO NO SISAC Quantidade
Admissão	-	-
Desligamento	-	-
Aposentadoria	-	-
Pensão	-	-

13. Registro atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAPÁ
SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS



DECLARAÇÃO

Declaro que as informações referentes aos contratos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, de acordo com o item 13 do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07/10/2009, Portaria nº 389, de 30/12/2009, Portaria CGU nº 2270, de 04/11/2009 e Norma de Execução nº 03, de 04/11/2009.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Macapá-AP; 24 de março de 2010.


Luiz Lopes Sacerda
Chefe da SAC/SAD/SFA
Port. 086/2009

Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP
Rua Tiradentes, 469 – Centro, CEP. 68.906-380–Fone3223 3075/FAX 3222 4467
E-mail: sfa-ap@agricultura.gov.br



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Amapá - SFA-AP
Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário
S E P D A G / A P

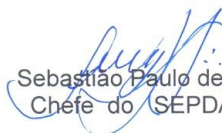


DECLARARÃO

Declaro que as informações referentes aos convênios e contratos de repasse, sendo estes geridos pela Caixa Econômica Federal, onde analisamos as propostas das entidades convenentes, de ambas as modalidades, exceto os convênios formalizados diretamente pelos Órgãos singulares do MAPA, sob a responsabilidade desta Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei Federal nº 11.768 de 14 de agosto de 2008, de acordo com o item 13 do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07/10/2009, Portaria TCU nº 389 de 30/12/2009, Portaria CGU nº 2270 de 04/11/2009 e Norma de Execução nº 03 de 04/11/2009.

Ciente das responsabilidades civis desta declaração, firmo o presente,

Macapá/AP, 23 de março de 2010.


Sebastião Paulo de Souza
Chefe do SÉPDAG/AP

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Para um melhor desempenho institucional e de relevância para avaliações de melhoria, a aplicação de novas metodologias de trabalho entre os diversos setores da instituição, deve ser levado em consideração, devido a deficiência operacional de procedimentos tanto técnicos quanto administrativos. Assim, a aplicabilidade de gestão estratégica, como ferramenta para melhoria dos processos produtivos da SFA-AP é um fator relevante para um melhor desempenho operacional.

A elaboração de propostas de técnicas de procedimentos, capacitação e motivação para os servidores, como subsídios para novas concepções de desempenho funcional, dentre outros fatores, com certeza poderão proporcionar mais transparência e ética no trato da coisa pública.

As deficiências constantes de pessoal exigem uma outra alternativa administrativa como condição para a evolução institucional. Por outro lado, a flexibilidade da aplicação dos recursos humanos e financeiros e a maior capacidade para captar e gerir recursos externos, bem como administrar os recursos próprios, são fundamentais para a eficiência na alocação e utilização desses recursos, de forma a promover ganhos qualitativos e quantitativos com uma programação mais eficaz, o que elevaria a uma melhor produtividade da instituição, uma vez que diminuiria sensivelmente a ociosidade de pessoas, equipamentos e infra-estrutura por descompassos entre sua construção e instalação e o fluxo de recursos de custeio necessários à sua operação.

Se houver um avanço na estrutura institucional através da verticalização, ou seja, nas decisões de cima para baixo, seria obtida maior efetividade, eficácia e eficiência também na alocação dos recursos públicos, através da superação de amarras de ordem puramente operacional existentes na Administração pública.

15. Informações Contábeis da Gestão



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos

G 110

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2008, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, de conformidade com o Anexo IV da Decisão Normativa TCU nº 71, de 07 de dezembro de 2005, com os artigos 12 e 13 da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004 e item III do art 13, da IN nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

- ✓ Alberto Jerônimo Pereira;
- ✓ José Calazans dos Santos e
- ✓ Maria de Fátima Álvares Araújo.

Brasília, 26 de janeiro de 2010.


NELSON SUASSUNA DA MOITA
Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos

RECEBEMOS
EM 03/03/10
Secretaria Federal de Agricultura do Amapá
Rua Tiradentes, s/nº - B. Central
Macapá - AP - CEP: 65.000-200
SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO

CONFERE COM O ORIGINAL


Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
CRC-006624/T-8 GO
CONTAS/POA/SE/MPA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
 Secretaria-Executiva
 Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
 Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO COM RESSALVAS

Código da Unidade Gestora:	130100
Nome da Unidade Gestora :	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - AP
CNPJ:	00.396.895/003493


Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de administração Financeira do Governo Federal – SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável-UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas, do Exercício de 2009, exceto no tocante a:

- a) 14211.92.00 – INSTALAÇÕES
- b) FALTA DE CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, DF, 31 de dezembro de 2009.


 Alberto Jerônimo Pereira
 Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

RECEBEMOS
 EM, 03/10/2010
 Superint. Federal de Agricultura do Amapá
 Rua Tiradentes, n. 450 - B. Central
 Macapá - AP - CEP 68.306-380
 SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO

 Assinatura

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Item B do Anexo II da DN-TCU-93/2008

Não se Aplica